ERNESTO GOMES ESTEVES NETO

**A Organização das Nações Unidas e a Proteção de
Direitos Sociais no Brasil após 1988**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Wagner Menezes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

ERNESTO GOMES ESTEVES NETO

**A Organização das Nações Unidas e a Proteção de
Direitos Sociais no Brasil após 1988**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Direito Internacional, exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob a orientação do Professor Associado Dr. Wagner Menezes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

ESTEVES NETO, Ernesto Gomes

A Organização das Nações Unidas e a proteção de
Direitos Sociais no Brasil após 1988 / Ernesto Gomes
ESTEVES NETO; orientador Wagner MENEZES - São Paulo,
2017.

198p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Internacional) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Internacional. 2. Organização das Nações
Unidas. 3. Direitos Humanos. 4. Direitos Sociais. 5.
Transnormatividade. I. MENEZES, Wagner, orient. II.
Título.

Nome: ESTEVES NETO, Ernesto Gomes

**Título: A Organização das Nações Unidas e a proteção de Direitos Sociais no Brasil
após 1988**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, **Ernesto e Graça**,
e aos meus padrinhos, **Jurandir e Ângela**.

AGRADECIMENTOS

É uma pena que os agradecimentos de um trabalho sejam redigidos sempre no final, quando já não se tem mais fôlego para pensar, para escrever, porque os destinatários dos nossos agradecimentos são sempre aqueles que, durante a nossa vida e, sobretudo, durante toda a escrita do trabalho, sempre nos apoiaram, passo a passo, cada um do seu jeito. Seria injusto não escrever essas palavras.

Neste momento termino mais um ciclo. Algo que vem sendo planejado há anos, que se coloca como um grande desafio. Durante esta caminhada de três anos de pós-graduação, várias foram as pessoas que passaram por ela e que, individualmente, contribuíram para cada passo que foi dado.

Assim sendo, agradeço, primeiramente, aos **meus pais** – Ernesto e Graça – por todo amor e apoio, inclusive porque transformaram a distância física em um mero detalhe. Também aproveito o ensejo para agradecer à **minha irmã Érica**, pelo carinho e pela compreensão de um irmão distante.

Agradeço, também, aos **meus padrinhos** – Jurandir e Ângela – pelo apoio de uma vida toda, por me acolherem e terem sido minha família em São Paulo. Também, não poderia deixar de reconhecer o carinho das **minhas avós**, Cida e Mercedes, pelas orações.

Agradeço à Gabriela, **minha namorada**, pelo apoio e por toda compreensão e paciência, na certeza de que o tempo me dará a oportunidade de lhe devolver todos os momentos de convivência subtraídos durante o desenvolvimento deste estudo.

Deixo aqui também minha gratidão a todos os **meus amigos e companheiros** de vida, de estudo e de trabalho, com uma menção especial aos amigos que fiz nas Arcadas, na Assembleia Legislativa do Estado, na Presidência da República.

Faço menção especial aos **professores** que tive na pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, professor titular Paulo Borba Casella, pelas contribuições formuladas em meu exame de qualificação, e André de Carvalho Ramos, pelas aulas de Cooperação Jurídica Internacional e por ter se tornado, para mim, um referencial teórico.

Aproveito o ensejo para fazer, também, um agradecimento especial aos **membros do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais** (NETI-USP), pela companhia nas pesquisas e nas árduas manhãs de sábado. Levarei comigo todo o aprendizado e toda a minha admiração por esse grupo, do qual tive a honra de estar à frente no biênio 2014-2015.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a um dos meus **mentores intelectuais**, Osvaldo Capelari Júnior, brilhante Procurador Regional da República que, além de se tornar um amigo, ensinou-me Direito e Filosofia, mostrando que, na vida e no Direito, nem sempre aquilo que é necessário é suficiente.

Também reitero minha gratidão ao ex-ministro e prefeito Edinho Silva, que além de ter sido um profissional exemplar, é, para mim, um modelo de homem público. Meu muito obrigado por ter compreendido as minhas prioridades acadêmicas.

Registro, também, a contribuição de algumas amigas e amigos que muito me auxiliaram nos debates que desenvolvi no presente estudo. Meus sinceros agradecimentos à antropóloga e pesquisadora Adriana Abreu Magalhães Dias – que me sensibilizou com a luta pelos direitos das pessoas com doenças raras e com deficiência, tornando-se uma referência intelectual e de militância dos Direitos Humanos. Igualmente, meu muito obrigado à Promotora de Justiça, membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Yélena Araújo, referência na proteção dos Direitos da Pessoa Idosa. Também menciono o advogado e Professor Marcelo Coimbra, que tem me ensinado que o pensamento social não é simplesmente uma opção política, mas sim uma metodologia para a compreensão das necessidades da vida em sociedade. Igualmente, agradeço ao Desembargador Alfredo Attié Júnior, colega nas pesquisas, nos cafés e nas reflexões sempre críticas. Igualmente, minha gratidão à professora Ivette Esis Villarroel, pelas sugestões feitas para a abordagem do tema.

Por fim, mas não por último, minha eterna gratidão ao meu **orientador** Wagner Menezes, pela amizade e pela receptividade. Hoje sei que fez toda a diferença do mundo ter sido efetivamente orientado por ele. Obrigado por ter me ensinado sobre a necessidade de ser idealista, mesmo quando as ideias não bastam em si mesmas.

*“O meu caminho é pelo infinito fora até chegar ao fim!
Se sou capaz de chegar ao fim ou não, não é contigo,
É comigo, com Deus, com o sentido.”*

**(Saudação a Walt Whitman,
Álvaro de Campos)**

ESTEVEES NETO, Ernesto Gomes. **A Organização das Nações Unidas e a proteção de Direitos Sociais no Brasil após 1988**. 2017. 198p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

O presente estudo visa a examinar a relação estabelecida entre o Direito Internacional e o Direito Interno na proteção de Direitos Sociais no Brasil, a partir da influência da Organização das Nações Unidas. No primeiro capítulo faz-se uma relação entre a afirmação histórica das Organizações Internacionais em paralelo com a afirmação histórica dos Direitos Humanos, com destaque para a atuação da Organização das Nações Unidas nesse processo. No segundo capítulo aborda-se a mudança no enfoque do Direito Constitucional a partir da Constituição Federal de 1988, que proporcionou a abertura do Estado brasileiro às relações internacionais, especialmente no contexto do neoconstitucionalismo. Finalmente, o terceiro capítulo se debruça sobre a mudança de perspectivas na relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno e a adoção de legislações brasileiras voltadas à proteção de Direitos Sociais. Buscou-se demonstrar, assim, que a partir de uma relação que se estabelece entre o Direito Internacional e o Direito Interno, o processo legislativo deste acaba sendo influenciado diretamente por aquele em virtude da globalização e da pluralização das fontes do Direito Internacional, que passam a ser reproduzidas no âmbito doméstico, de maneira transnormativa, como se Direito Interno fossem, muito embora possuam o Direito Internacional em sua gênese.

Palavras-chave: Direito. Direito Internacional. Direitos Humanos. Direitos Sociais. Globalização. Constituição. Transnormatividade.

ESTEVEES NETO, Ernesto Gomes. **United Nations and the protection of social rights in Brazil after 1988**. 2017. 198p. Dissertation (Master) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

This study aims to examine the relation between International Law and Domestic Law on the protection of Social Rights in Brazil, under the influence of the United Nations and of Brazil's 1988 Constitution. This inquiry is divided in three chapters. The first chapter analyses the historical building and international recognition of human rights, besides the appearance of International Organizations, such as – and mainly – the United Nations. In the second chapter, it crosses out the cooperative philosophy of UN's purposes, in the context of constitutional changes – for example, those arisen from Brazil's Constitution of 1988, in the domestic law, under neoconstitutional ideas. Finally, in the third chapter, it highlights the changing relation between International and Domestic law and its consequence on the adoption of Brazil's legal framework of Social Rights protection. At this time, this research tried to demonstrate that, coming up from a transnational and transnormative approach, Brazil's law making process is influenced by the United Nations standards. So, the domestic law, despite of being national on its form, is international on its genesis.

Key words: Law. International Law. Human Rights. Social Rights. Globalization. Constitution. Transnational approach.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissionado das Nações Unidas para Refugiados
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CEA	Comissão Econômica para a África
CEE	Comissão Econômica para Europa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífica
CPJI	Corte Permanente de Justiça Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UM-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E OS DIREITOS HUMANOS	25
1.1 AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	25
1.1.1 Dos acordos de paz de 1648 até o fim das guerras napoleônicas	27
1.1.2 Congresso de Viena e sua relação com o surgimento das Organizações Internacionais	29
1.1.3 O advento da Primeira Guerra Mundial e a consciência da necessidade de se organizar	32
1.1.4 A Liga das Nações e o período entre guerras	34
1.1.5 O surgimento da Organização das Nações Unidas	35
1.1.6 As Organizações Internacionais e a sua relação com os Direitos Humanos.....	36
1.2 DIREITOS HUMANOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES	37
1.2.1 Direitos humanos e sua conceituação	37
1.2.1.1 <i>Direitos humanos e direitos naturais</i>	39
1.2.1.2 <i>Direitos humanos e direitos fundamentais</i>	40
1.2.1.3 <i>Direitos humanos e direitos públicos subjetivos</i>	41
1.2.1.4 <i>Conceito proposto de direitos humanos</i>	42
1.2.2 Direitos Humanos e sua classificação	43
1.2.2.1 <i>Direitos Humanos de primeira geração</i>	44
1.2.2.2 <i>Direitos Humanos de segunda geração</i>	44
1.2.2.3 <i>Direitos Humanos de terceira geração</i>	46
1.2.2.4 <i>A crítica sobre a abordagem geracional dos Direitos Humanos</i>	47
1.3 O PAPEL DA ONU NA AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	48
1.3.1 Os Direitos Humanos na Carta da Organização das Nações Unidas.....	51
1.3.2 Os Direitos Humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos	54
1.3.3 Os Direitos Humanos nos Pactos de Direitos Cívicos e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	58
1.3.3.1 <i>Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos</i>	59
1.3.3.2 <i>Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais</i>	61
2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A ABERTURA DO ESTADO BRASILEIRO AO DIREITO INTERNACIONAL	65
2.1 A COOPERAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS A PARTIR DOS PROPÓSITOS DAS NAÇÕES UNIDAS	65
2.1.1 A solidariedade como elemento diferenciador da Organização das Nações Unidas	70
2.2 ABERTURA CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS ENQUANTO ELEMENTO CARACTERIZADO DA PLURALIZAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA.....	74
2.3 TENDÊNCIAS DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO	78
2.3.1 Relação entre constitucionalismo e neoconstitucionalismo.....	79
2.3.2 Neoconstitucionalismo: origem histórica e principais características	81
2.3.3 O recurso à moral universal como característica do constitucionalismo democrático contemporâneo	83
2.3.4 Entre a centralidade dos Direitos Humanos no constitucionalismo democrático e o universalismo do Direito Internacional	85

2.4 A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E A SUA ABERTURA AO DIREITO INTERNACIONAL	87
2.4.1 Constituição e relações exteriores	88
2.4.2 Utilização dos termos “internacionalização do Direito Constitucional” e “Direito Constitucional Internacional”	90
2.4.3 A Constituição Federal brasileira de 1988 e a sua abertura	91
2.4.3.1 A Constituição Federal brasileira de 1988 como ponto de partida para os direitos humanos no âmbito interno do Estado brasileiro	98
2.4.4 A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno no contexto da abertura da Constituição Federal	100
 3 A PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	102
3.1 A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO	103
3.1.1 A superação de dicotomias a partir de uma compreensão transnacional do Direito	109
3.2 PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES PRESENCIADAS NO DIREITO INTERNACIONAL	110
3.2.1 Discussões sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno a partir do reconhecimento de novos sujeitos de Direito Internacional	112
3.2.1.1 As organizações internacionais	113
3.2.1.2 O indivíduo	114
3.2.2 Discussões sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno a partir da apreciação das fontes do Direito Internacional	115
3.2.2.1 A <i>soft law</i> e o surgimento de um novo padrão normativo	117
3.2.3 Perspectivas a partir da relação entre o global e o local	120
3.2.4 A transnormatividade enquanto ferramenta do globalismo jurídico	122
3.3 A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: ENTRE A TRANSNORMATIVIDADE E O AVANÇO NO DIREITO DOS TRATADOS	124
3.3.1 A proteção dos Direitos Sociais a partir dos tratados	125
3.3.2 A proteção dos Direitos Sociais a partir da <i>soft law</i>	126
3.4 AVANÇOS RECENTES NA PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	128
3.4.1 A Organização das Nações Unidas e a proteção dos direitos da criança no Brasil	128
3.4.1.1 A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a sua incorporação	129
3.4.1.2 A influência Organização das Nações Unidas sobre a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil	130
3.4.2 A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa no Brasil	132
3.4.2.1 As Nações Unidas e os Direitos da Pessoa Idosa	132
3.4.2.2 A influência da Organização das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos da pessoa idosa no Brasil	134
3.4.2.2.1 A influência da Organização das Nações Unidas sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993)	135

3.4.2.2.2 A influência da Organização das Nações Unidas sobre a Lei da Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/1994).....	136
3.4.2.2.3 A influência da Organização das Nações Unidas sobre o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003)	137
3.4.3 A Organização das Nações Unidas e a proteção da pessoa com deficiência.....	139
3.4.3.1 A Convenção das Nações Unidas sobre o direito das pessoas com deficiência e a sua incorporação	140
3.4.3.1.1 O direito das pessoas com deficiência e a hierarquia dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro	141
3.4.3.1.1.1 A hierarquia dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro.....	142
3.4.3.1.1.2 A relevância do direito das pessoas com deficiência no âmbito das discussões a respeito da hierarquia de tratados no ordenamento jurídico brasileiro	146
3.4.3.2 A influência Organização das Nações Unidas sobre a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão)	147
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXO	173

INTRODUÇÃO

A intensificação das relações intersubjetivas desenvolvidas na sociedade contemporânea faz com que constantemente seja colocada em xeque a compreensão do Direito e da sua capacidade de se amoldar às mudanças que ocorrem na sociedade internacional, na qual ininterruptamente se reinventam as relações de espaço e de tempo desenvolvidas pelo gênero humano em um mundo repleto de transformações em diversas áreas.

No caso do Direito Internacional, esse questionamento que se apresenta em torno da compreensão da disciplina, aponta para uma reflexão crítica a respeito da relação estabelecida entre o Direito Internacional e o Direito Interno, que tem sido constantemente objeto de discussão justamente pelo fato de que a complexidade das relações sociais não comporta mais um enfrentamento compartimentado em esferas jurídicas distintas, uma vez que as relações humanas transcendem fronteiras e não são passíveis de limitação geográfica.

Dentre os responsáveis por esse constante questionamento que é feito à relação estabelecida entre o Direito Internacional e o Direito Interno encontra-se justamente o processo de afirmação histórica das Organizações, que decorre do desenvolvimento das relações internacionais para além do antigo protagonismo exercido pelo Estado na ordem internacional. Em consequência percebe-se o surgimento de foros e agendas institucionais em nível internacional para discussão de questões geopolíticas, sociais, econômicas e jurídicas de Direitos Humanos.

No que tange a essa mudança de paradigma do Direito Internacional, que até a metade do século XX representava o ramo do Direito que se prestava apenas ao diálogo interestatal, as Organizações Internacionais desempenharam importante função e encontram-se no âmago do processo que desencadeou a mudança de um velho sistema de isolamento político e jurídico e que resultou na passagem, algumas décadas depois, para um estágio de globalização, entendida como um fenômeno complexo e irreversível de transformação, de intensificação de relações intersubjetivas em âmbito mundial e de influência recíproca entre acontecimentos locais e mundiais.

Essa remodelação da ordem internacional promoveu intensas transformações na sociedade internacional, que passou a contar com novos sujeitos de Direito Internacional, em cuja categoria se inserem as Organizações Internacionais. Estas, por sua vez,

capitaneadas pela Organização das Nações Unidas, passaram a representar um foro de governança internacional com peso moral indiscutível e capacidade normativa abundante, produzindo desde normas com caráter vinculante até diretrizes, não menos importantes, que vêm sendo repetidas nos ordenamentos jurídicos internos, devido à relevância das discussões travadas. Esse processo de replicação da normatização internacional em diversos ordenamentos internos pode ser denominado de “transnormatividade”.

Paralelamente ao processo de sedimentação das Organizações Internacionais, vem ocorrendo um recurso de afirmação planetária dos Direitos Humanos, o qual acaba por se confundir e se entrelaçar com o percurso histórico das Organizações Internacionais – que, juntos, são pilares da sociedade internacional contemporânea – pelo fato de que os principais avanços ocorridos na proteção internacional dos Direitos Humanos decorrem da atuação direta de tais organizações. Essas alterações ocorridas na sociedade internacional, sobretudo após a intensificação da globalização, não se encerram no plano internacional e repercutem, também, no plano interno, no qual vêm sendo reproduzidas as discussões sobre temas que têm sido objeto de reflexão em nível internacional.

A propósito, deve-se ressaltar que nas últimas décadas tem se notado que o processo de positivação dos Direitos Humanos, em que pese ter início no âmbito internacional, nele não se esgota e irradia para o Direito Interno, pois é no âmbito interno dos Estados que a proteção dos Direitos Humanos se concretiza faticamente. Existe, portanto, na afirmação histórica dos Direitos Humanos, uma coincidência entre a agenda do Direito Internacional – dinamizada pela atuação da Organização das Nações Unidas – e a do Direito Interno no que se refere à temática da proteção dos Direitos Humanos, principalmente dos Direitos Sociais, devido ao fato de que a superação de diferenças socioeconômicas existentes na sociedade constitui, modernamente, uma preocupação geral.

A temática dos Direitos Sociais se insere no âmbito da relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno pelo fato de que, sendo eles direitos de participação, sua concretização perfeitamente se amolda aos objetivos institucionais da Organização das Nações Unidas, uma vez que dentre eles se encontra a superação dos problemas de ordem econômica e social a partir da atuação da Organização conjuntamente com os seus Estados-membros. Tal fato demandou do Direito Internacional e do Direito Interno a superação de paradigmas de isolamento, segundo os quais as disciplinas se concebiam, mutuamente, como esferas distintas e impassíveis de contato.

Nesse ponto, várias são as questões que se colocam de maneira irrequieta: existe uma relação entre a proteção realizada em nível internacional e em nível interno dos

Direitos Sociais? Se sim, de que forma se dá essa aproximação entre o Direito Internacional e o Direito Interno? Ou, então: diante de uma pretensa universalidade dos Direitos Humanos, é possível dissociar a proteção internacional da proteção interna dos Direitos Humanos e, no caso, dos Direitos Sociais? Existiria algum paralelo entre o processo de produção de normas jurídicas no âmbito interno e no âmbito internacional? Seria possível falar de uma mudança de perspectiva da produção jurídica propulsionada pelo processo sociopolítico e jurídico-econômico da globalização? Ou, ainda: existiria uma causalidade internacionalmente motivada para a proteção dos Direitos Sociais no plano doméstico?

Para se responder às indagações colocadas, o presente estudo parte de uma perspectiva idealista do Direito Internacional, que se fundamenta na existência de valores comuns aos membros da sociedade internacional, colocando-se como instrumento para a compreensão e para o trato de problemas tanto mundiais como locais.

No desenvolvimento desta pesquisa utiliza-se o método histórico-dedutivo, sendo que a partir de uma reconstrução da afirmação histórica dos Direitos Humanos, associada às transformações evidenciadas na sociedade internacional, sobretudo a partir da atuação da Organização das Nações Unidas, busca-se verificar, numa perspectiva geral para casos específicos, a forma como a referida organização influencia a proteção de Direitos Sociais no Brasil e determina o conteúdo desses Direitos no país.

A pesquisa tem seu alicerce, nesse sentido, tanto na revisão bibliográfica sobre a temática dos Direitos Humanos e da relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, quanto na análise de legislação interna e de documentos internacionais, na busca por elementos de convergência que apontem para a influência da Organização das Nações Unidas na produção normativa doméstica, sejam eles textuais, contextuais ou principiológicos, quando se analisa a positivação de Direitos Sociais no Brasil.

O primeiro capítulo do presente estudo destina-se à contextualização do debate dos Direitos Humanos, em que são conceituados e é descrito um percurso histórico desde as suas raízes filosóficas, no Iluminismo, até a sua gênese internacional, a partir de sua relação com o surgimento das Organizações Internacionais, com destaque para as formulações feitas em tratados e em declarações de Direitos, por ocasião do exercício do poder normativo da Organização das Nações Unidas.

Em um segundo momento, o capítulo que segue é dedicado à análise contextual da aproximação do Direito Internacional e do Direito Interno, a partir dos propósitos da Organização das Nações Unidas e da promulgação da Constituição da República

Federativa do Brasil, em 1988, com a consequente abertura da ordem jurídica interna ao Direito Internacional, em um contexto de mudança dos valores constitucionais que, a partir das influências de um movimento chamado “neoconstitucionalismo”, passou a assimilar, também, valores universais, dentre eles os oriundos da proteção dos Direitos Humanos.

Por fim, no terceiro capítulo é demonstrada a mudança da relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, que se aproximaram por vários fatores, como por exemplo, pelo surgimento de novos sujeitos e pela dinamização das fontes de Direito Internacional. Nesse contexto, também é traçada uma relação entre a proteção internacional e a nacional dos Direitos Sociais, por ocasião de sua positivação no âmbito interno dos Estados, buscando-se pontos de convergência e de influência do Direito Internacional sobre o Direito Interno.

Nesse sentido, o estudo busca demonstrar a forma como a interação entre a globalização, a proteção internacional dos Direitos Humanos e a atuação da Organização das Nações Unidas contribuiu para a alteração das perspectivas de produção de normas jurídicas no âmbito interno dos Estados. Esta pesquisa objetiva, assim, demonstrar que a conjugação desses fatores, aliados à abertura democrática do Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal de 1988, tem repercutido na determinação do conteúdo dos Direitos Sociais no Estado brasileiro, possibilitando o resguardo da dignidade da pessoa humana e a efetiva participação dos indivíduos na sociedade, como fator de desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

A proteção dos Direitos Sociais, seja em nível internacional ou em nível interno, tem se mostrado uma necessidade dos dias atuais. Isso porque, à guisa das conquistas civilizatórias do Direito e, no caso, do Direito Internacional, não se pode olvidar a existência de seres humanos vivendo à margem da sociedade e, portanto, não se pode deixar de considerar a necessidade de continuamente maximizar a proteção desse tipo de direito, cujo fundamento se encontra na dignidade da pessoa humana, lastreada em valores universais – que permeiam tanto o Direito Internacional quanto o Direito Constitucional.

A compreensão desses Direitos relaciona-se com a atuação das Organizações Internacionais, que foram responsáveis, durante o século XX, pela transformação tanto do Direito Internacional quanto do Direito Interno, promovendo, inclusive, a aproximação dessas duas esferas a partir de uma abordagem transnacional, uma vez que os problemas da vida em sociedade não podem ser compartimentados e classificados de maneira estanque. Muito embora quem promova esse distanciamento seja o próprio homem, a atuação das Organizações Internacionais, mormente da Organização das Nações Unidas, mostrou que é possível agir de maneira coordenada, no plano internacional e no plano interno, quando o assunto é a proteção de valores tão essenciais da vida humana.

Tal coordenação ocorre em um contexto de dissipação de fronteiras conceituais, com vistas a uma compreensão universal de problemas comuns e que, no contexto de um mundo globalizado, demandam soluções que envolvem a conjugação de esforços e um diálogo constante entre o plano global e o local.

Nesse sentido, com o objetivo de contextualizar a afirmação histórica dos Direitos Humanos e das Organizações Internacionais, tentou-se demonstrar, no primeiro capítulo, que, em um contexto em que os Estados, isoladamente, não eram mais capazes de dar conta de problemas complexos, essas novas experiências associativas foram essenciais para que fossem encontradas soluções coletivas e satisfatórias para os membros da sociedade internacional, a partir da construção de consenso e da tomada coletiva de decisões. As Organizações Internacionais e, no caso, a Organização das Nações Unidas, passaram a se debruçar sobre diversos temas, penetrando todos os ramos da vida em sociedade, e possibilitaram ao ser humano o reconhecimento de sua centralidade nos debates jurídico-filosóficos decorrentes das transformações sociais, políticas e econômicas, canalizadas para a esfera jurídica, vivenciadas durante o século XX.

Por sua vez, no segundo capítulo, buscou-se explicitar que, a par das transformações ocorridas em nível internacional, paulatinamente houve uma alteração na forma como o Estado se apresenta para a sociedade internacional. Essa mudança ocorreu em um contexto em que as Nações Unidas se afirmavam a partir de uma lógica de solidariedade internacional, ao mesmo tempo em que surgiu, na doutrina, um movimento voltado à modernização da dogmática constitucional tendente à abertura do Estado às relações internacionais e a valores universais, que possibilitaram a dissipação de uma barreira até então existente entre o Direito Internacional e o Direito Interno, a partir de uma nova filosofia constitucional cooperativa.

O terceiro capítulo, por seu turno, almejou demonstrar que as velhas preocupações acadêmicas, voltadas à escolha entre as teorias dualista e monista da relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional, parecem não mais fazer sentido em um mundo globalizado no qual convivem tanto os Estados quanto as Organizações Internacionais, em meio à pluralização das fontes do Direito Internacional.

A propósito, verificou-se que, embora necessário à compreensão da relação entre o global e o local, o Direito dos Tratados não é mais suficiente para dar conta da complexidade da globalização, pois existe uma nova realidade na produção normativa do Direito Internacional que impacta no Direito Interno, a partir da adoção da *soft law* e de seu conteúdo persuasivo, que tem se mostrado capaz de influenciar diretamente a produção de Direito Interno – no caso, da positivação de Direitos Sociais no Brasil – à margem das relações convencionais proporcionadas pelo processo de incorporação dos tratados.

Acaba surgindo, portanto, um direito que é formalmente nacional, mas que tem sua gênese no Direito Internacional, pois se verifica a coincidência textual, temporal ou mesmo principiológica entre dispositivos internacionais e internos de proteção de Direitos Sociais, de modo a corroborar a tese de que existe uma universalidade dos Direitos Humanos.

Ao longo do presente estudo também se buscou responder a algumas das indagações que outrora se colocava. Inicialmente, mostrou-se como um truísmo o fato de que existe uma clara relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, quando o assunto é a proteção internacional dos Direitos Humanos. Tal aproximação ocorre em um momento em que o Direito Internacional tem, no século XX, sua agenda temática alargada, ao passo que o Estado, abandonando seu tradicional isolamento, abre-se à influência externa, a partir de um novo modelo de Constituição aberta.

Existe, pois, uma aproximação irreversível entre a proteção internacional e a nacional dos Direitos Humanos – e, no caso, dos Direitos Sociais, no Brasil –, pois o

legislador doméstico passou a reproduzir, de maneira transnormativa, à margem dos mecanismos tradicionais de relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, o conteúdo internacional como se interno fosse, evidenciando uma causalidade internacionalmente motivada na proteção nacional dos Direitos Humanos.

De todo o exposto, conclui-se, portanto, que os avanços na proteção de Direitos Sociais no Brasil, nas últimas duas décadas, podem ser interpretados a partir de uma perspectiva transnormativa, decorrente da influência direta e transnormativa da Organização das Nações Unidas. Esse processo transnormativo acaba por sensibilizar o legislador doméstico, que não mais deixa de considerar o Direito Internacional quando o assunto é — sobretudo — a proteção internacional dos Direitos Humanos, cuja universalidade se faz presente nos avanços apontados, por exemplo, nos direitos da criança e do adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Desta forma, o que se percebe é que a atuação da Organização das Nações Unidas passou a modular a produção normativa brasileira voltada à proteção de Direitos Sociais.

Nesse sentido, não é defeso concluir que, a partir da atuação das Organizações Internacionais, houve uma mudança de perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, nesse caso a partir do fato de que a dimensão normativa da Organização das Nações Unidas tem influenciado a definição de Direitos Sociais no Brasil, que tem reproduzido internamente, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a agenda social onusiana.

Acredita-se, portanto, que a influência normativa da Organização das Nações Unidas sobre a produção de Direito Interno no Brasil tem um potencial transformador, pois proporciona a permeabilidade do direito nacional, fertilizando-o com as mais elevadas concepções jurídicas oriundas de foros internacionais. Ressalte-se, oportunamente, que tal processo transnormativo não é exclusivo dos Direitos Sociais em espécie anteriormente apontados, tampouco se esgota na temática dos Direitos Humanos. Ao contrário: a adoção dessa lógica relacional entre o Direito Internacional e o Direito Interno com vistas à construção de uma pauta social constitui, verdadeiramente, um polo metodológico para o enfrentamento de problemas sociais, que são, na verdade, problemas globais, partindo-se de uma percepção transnacional do Direito.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. **Hard and soft law**. International governance, 2000, v. 54, pp. 421-456. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1402966>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____; _____. Pathways to International Cooperation. In: BENVENISTI, Eyal; HIRSCH, Moshe. **The impact of international law on international cooperation: theoretical perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ACCIOLY, Hildebrando. A paz mundial e a Organização das Nações Unidas. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**, 1947, ano III, v. 5.

_____; NACIMENTO E SILVA, Geraldo E. do; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional público**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALBUQUERQUE, Aline. **Manual de direitos humanos da pessoa idosa quanto aos cuidados em saúde**. Brasília: UniCeub, 2016.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALMEIDA RIBEIRO, Manuel de. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Almedina, 1998.

ALVAREZ, José E. **International organizations as law-makers**. New York: Oxford Press, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do (Org.). **Direito Internacional e desenvolvimento**. Barueri, SP: Manole, 2005, v. 1, pp. 201-218.

AMERASINGHE, Chittharanjan Felix. **Principles of the institutional law of International Organizations**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge Press, 2005.

ANABITARTE, Alfredo Gallego. **Derechos fundamentales y garantías institucionales: análisis doctrinal y jurisprudencial**. Madrid: Civitas, 1994.

ANZILOTTI, Dionisio. **Corso de Diritto Internazionale**. 3ª ed. Roma: Athenaeum, 1928, v. 1.

ARANGIO-RUEZ, Gaetano. The normative role of the General Assembly of the United Nations and the Declaration of Principles of Friendly Relations. **Recueil des cours**, 1972-III, v. 137, pp. 419-742.

ARCHER, Clive. **International Organizations**. 2ª ed. London: Routledge, 1992.

_____. **International Organizations**. 3ª ed. London: Routledge, 2001.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

ARNAUD, André-Jean. **O Direito entre a modernidade e a globalização**: lições de filosofia do Direito e do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ATTIÉ JÚNIOR, Alfredo. O Direito Constitucional como Processo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 1989/1990, v. 84/85, pp. 92-108.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2009.

BARBERIS, Mauro. Neoconstitucionalismo, democracia e imperialismo de la moral. In: CARBONELL, Miguel de (Ed.). **Neoconstitucionalismo(s)**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

BARROS FILHO, Theotônio Monteiro de. Balanço econômico-político de uma época histórica. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 1944, v. 39, pp. 209-227.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, v. 240.

BEAULAC, Stéphane. The Westphalian model in defining international law: challenging the myth. **Australian Journal of Legal History**, 2004, v. 8.

BECK, Ulrich; GUIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: T. Payne and Son, 1789.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BISHOP, W. General course of public international law. **Recueil des cours**, 1965-II, v. 115, pp. 147-470.

BLACK, Allida M. Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights. **OAH Magazine of History**. Oxford: Oxford University Press, Apr. 2008, v. 22, n. 2.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOEGNER, Marc. La Solidarité des Nations. **Recueil des Cours**, 1925, v. 6.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. **Do Estado liberal ao Estado social**. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Ciência política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; FRANCO, Karina Marzano. Comentários ao artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura (Coord.). **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BRASIL (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Decreto nº 13.990, de 12 de janeiro de 1920**. Promulga o Tratado de Paz entre os países aliados, associados e o Brasil de um lado e de outro a Alemanha, assinado em Versaillies em 28 de junho de 1919. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D13990.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Decreto Federal nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2019.841-1945?OpenDocument. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Lei Federal nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974**. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6179.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Decreto Federal nº 592/1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Decreto Federal nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 3.561/1997.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/ichadetramitacao?idProposicao=19849>. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. **Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Decreto Federal nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.** Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a respeito da Legislação sobre a Pessoa Idosa, p. 8. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao>, acesso em 26/11/2016.

BRITISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW: Autumn. An International Bill of Human Rights. **The International Law Quarterly**, 1947, v.1, n.3.

BRITTO, Thays Oliveira de; AGRA, Walber de Moura. Neoconstitucionalismo. In: FRANCISCO, José Carlos (Org.). **Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

BROWNLIE, Ian. **Principles of Public International Law**. 4th ed. New York: Oxford Press, 1990.

_____. International law at the fiftieth anniversary of the United Nations: general course on public international law. **Recueil des cours**, 1995, v. 255.

BRUM, Leila Maria; AZEVEDO SILVEIRA, Ana Maria Medeiros Simas de (Orgs.). **A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. **O poder de celebrar tratados**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Princípios do Direito Internacional contemporâneo**. Brasília: UNB, 1981.

_____. Derechos de solidaridad. **Estudios de Derechos Humanos**. São José/Costa Rica, 1993, v. 1.

_____. International law for humankind: towards a new *jus gentium* (I): general course on public international law. **Recueil des cours**, 2005, v. 316.

_____. **Direito das Organizações Internacionais**. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito constitucional**. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANYES, Manuel S. The inter-american system and the Conference of Chapultepec. **The American Journal of International Law**. American Society of International Law, Jul. 1945, v. 39, n. 3.

CARDIA, Ana Cláudia Ruy. **Empresas, direitos humanos e gênero: desafios e perspectivas na proteção e no empoderamento da mulher pelas empresas transnacionais**. São Paulo: Buqui, 2016.

CARNEIRO, Levi. As preocupações de ordem moral no direito contemporâneo, especialmente no direito internacional. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**, 1947, ano 3, n. 5, pp. 5-25.

CASELLA, Paulo Borba; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo E. do; BITTENCOURT NETO, Olavo de Oliveira. **Direito Internacional diplomático**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012 (e-book).

CASSESE, Antonio. Modern constitutions and international law. **Recueil des cours**, 1985-III, v. 1992, pp. 331-476.

_____. **International Law**. 2nd ed. New York: Oxford Press, 2005.

CHADWICK, John. **International Organizations**. London: Methuen Education, 1969.

CHINKIN, C. M. The challenge of soft law: development and change in International Law. **The International and Comparative Law Quarterly**, Oct. 1989, v. 38, n. 4, pp. 850-866.

CLAUDE JÚNIOR, Inis L. **Swords into plowshares: the problems and progress of international organization**. 4ª ed. New York: Random House, 1984.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CONFORTI, Benedetto. **The law and practice of the United Nations**. 3rd ed. Leiden: Loninklijke Brill NV, 2005.

CONSTANT, Benjamin. **Escritos de política**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORBETT, P. E. Social basis of a law of nations. **Recueil des cours**, 1954-I, v. 85.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 28^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DALLARI, Pedro. **Constituição e relações exteriores**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DE VISSCHER, Paul. Cours général de droit international public. **Recueil des cours**, 1972-II, v. 136.

DIAS, Adriana. **Deficiências, direitos humanos e etnografia**. Apresentação em Mesa Redonda na 39^a Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, MG, 2015.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2013.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DULCE, María José Fariñas. **Los derechos humanos: desde la perspectiva sociológico-jurídica a la actitud postmoderna**. Madrid: Dykinson, 1997.

DWORKIN, Ronald. A new Philosophy for international law. **Philosophy & Public Affairs**. Winter 2013, v. 41, Issue 1.

FAWCETT, J.E.S. General course on public international law. **Recueil des cours**, 1971-I, v. 132.

FERNANDES, Raul. As modificações do conceito de soberania. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores, 1949, ano V, v. 9-10.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 36^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena; MACIEL, Silvana Carneiro; COSTA, Sônia Maria Gusmão; SILVA, Antônia Oliveira; MOREIRA, Maria Adelaide Silva Paredes. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, jul./set. 2012, v. 21, n. 3, pp. 513-518.

FINCH, Georges A. The United Nations Charter. **The American Journal of International Law**. Jul./1945, v. 39, n. 3.

FINKELSTEIN, Cláudio. **Hierarquia das normas no Direito Internacional: *jus cogens* e metaconstitucionalismo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FORSYTHE, David P. The UN and Human Rights at Fifty: an incremental but incomplete revolution. **Global governance**, Sep./Dec. 1995, v. 1, n. 3.

FRIEDMANN, Wolfgang. **The Changing Structure of International Law**. New York: Columbia University Press, 1964.

_____. General course in public international law. **Recueil des cours**, 1969-II, v. 127, pp. 39-246.

FUNAG (Ed.). **II Conferência da Paz – Haia, 1907**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

GARCÍA, Eusebio Fernández. **Dignidad humana y ciudadanía cosmopolita**. Madrid: Dynkinson, 2001.

GEROMEL, Vitor. **Jurisdição Internacional e Justiça brasileira**. Belo Horizonte: Arraes Ed., 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

GOMES, Eduardo Biacchi. Comunidade Sul-Americana de Nações e Democracia: condicionantes ao desenvolvimento da região. **Revista de Informação Legislativa**, n. 174, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2701229>. Acesso em: 24 set. 2016.

GOMEZ ROBLEDO, Antonio. Le ius cogens international: sa genèse, sa nature, ses fonctions. **Recueil des cours**, 1981-III, v. 1.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Inclusão digital como direito fundamental**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

GOODSPEED, Stephen S. **The nature and function of International Organizations**. New York: Oxford Press, 1967.

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

_____. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito**. São Paulo: Malheiros, 2005.

GROSS, Leo. The peace of Westphalia, 1648-1948. **The American Journal of International Law**. Lancaster: Prince and Lemon STS, 1948, v. 42, n. 1.

_____. **As Nações Unidas: estrutura da paz**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1964.

GUARDIA, André Felipe Thiago Selingardi. A dignidade da pessoa humana: da antropologia filosófica ao estado democrático de direito. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2014, v. 109, pp. 217-244.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional cooperativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HANDL, Gunther F.; REISMAN, W. Michael; SIMMA, Bruno; DUPUY, Pierre Marie; CHINKIN, Christine. A hard look at soft law. **Proceedings of the Annual Meeting** (American Society of International Law), April 1988, v. 82, pp. 371-395.
HC 72.131-RJ/STF/1995.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HÖFFE, Otfried. **A democracia no mundo de hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JENKS, Wilfred. Economic and social change and the law of nations. **Recueil des cours**, 1973-I, v. 138.

JESSUP, Philip C. **Direito Transnacional**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. To form a more perfect United Nations. **Recueil des cours**, 1970-I, v. 129.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KELSEN, Hans. Les rapports de système entre le droit interne et le droit international public. **Recueil des cours**, 1926-IV, v. 14, pp. 276-280

_____. **Teoria geral do direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KENNEDY, David. The move to institutions. **Cardozo Law Review**, 1987, v. 8, n. 5.

KORFF, Serge A. Introduction à l'histoire du droit international. **Recueil des cours**, 1923-I, v. 1.

KUMAR, C. Raj. National Human Rights Institutions and Economic, Social, and Cultural Rights: toward the institutionalization and developmentalization of human rights. **Human Rights Quarterly**. Aug. 2006, v. 28, n. 3, pp. 755-779.

LAFER, Celso. **A reconstrução histórica dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____.; FONSECA JÚNIOR, Gelson. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. **Temas de Política Externa – II**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994, v. 1, pp. 49-77.

_____. **A internacionalização dos direitos humanos**: constituição, racismo e relações internacionais. Barueri, SP: Manole, 2005

_____. **Direitos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2015.

LE FUR, Louis. La théorie du droit naturel depuis le XVIIe siècle et la doctrine moderne. **Recueil des cours**, 1927-III, v. 18, pp. 259-442

LEWIS, Corinne. **UNHCR and international refugee law**: from treaties to innovation. New York: Routledge, 2012.

LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas. **Direito diplomático**: a prática das imunidades dos agentes diplomáticos. São Paulo: Edifício, 2014.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. 10ª ed. Madrid: Tecnos, 2010.

MacDONALD, Ronald. St. John. The principle of solidarity in public international law. In: DOMINICE, Christian; PARTY, Robert; REYMOND, Claude. (Eds.). **Estudes de droit international en l'honneur de Pierre Lalive**. Francfort-sur-le-Main: Helbing & Lichtenhahn, 1993.

MACKENZIE, David. **A world beyond borders**: an introduction to the History of International Organizations. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

MAIA, Maurício. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. **Revista da AGU**, jul./set. 2013, v. 12, n. 37, pp. 289-306.

MARAN, Rita. The universal declaration of human rights at 40. Social Justice – Human Rights & People's Rights: views from north & south. **Social Justice**, Spring 1989, v. 16, n. 1.

MAROTTA RANGEL, Vicente. Os conflitos entre o direito interno e os tratados internacionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 1967, v. 62, pp. 81-134.

MECKSTROTH, Christopher. Could Kant support Human Rights? Kant's arguments and their contemporary relevance. **Annual Meeting Paper**. American Political Science Association, 2013. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2301504>. Acesso em: 24 out. 2016.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Direito constitucional internacional** – uma introdução. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e transnormatividade**. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2005.

_____. **A ONU e o Direito Internacional contemporâneo**. In: MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de (Org.). **Desafios do Direito Internacional contemporâneo**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

_____. **Direito Internacional na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. **Derecho Internacional en América Latina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010a.

_____. Reforma da Organização das Nações Unidas. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (Org.). **Seminário sobre a reforma da ONU**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010b.

_____. (Org.). **Tribunais Internacionais e as fontes do direito internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

MERON, Theodor. International law in the age of human rights: general course on public international law. **Recueil des cours**, 2003, v. 301, pp. 9-489.

MIRKINE-GUETZEVITCH, Boris. Quelques problèmes de la mise en oeuvre de la Déclaration universelle des droits de l'homme. **Recueil des cours**, 1953-II, v. 83.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOSLER, Hermann. The international society as a legal community. **Recueil des cours**, 1974-IV, v. 140.

MOTA DE CAMPOS, J. et al. **Organizações internacionais: teoria geral**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MOTTA FILHO, Cândido. O Direito e o senso comum. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 1945, v. 40, pp. 149-162.

NASSER, Salem Hikmat. Desenvolvimento, costume internacional e *soft law*. In: AMARAL

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950-1990**. São Paulo: Caros Amigos, 2011.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

NGUYEN, Quoc Dinh; DAILLIER, Patrick e PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

OESTREICH, Joel E. UNICEF and implementation of the Convention on the Rights of the Child. **Global Governance**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Apr./June 1998, v. 4, n. 2. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27800193>. Acesso em: 30 set. 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral, 1947. **Resolução nº A/RES/II/174**.

_____. Assembleia Geral, 1959. **Resolução nº A/RES/1836 (XIV)**.

_____. Assembleia Geral, 1971. **Resolução nº A/RES/2856 (XXVI)**.

_____. Assembleia Geral, 1977. **Resolução nº A/RES/32/173**.

_____. Assembleia Geral, 1978. **Resolução nº A/RES/33/111**.

_____. Assembleia Geral, 1979. **Resolução nº A/RES/34/229**.

_____. Assembleia Geral. 1991. **Resolução nº A/RES/46/91**.

_____. Assembleia Geral, 2005. **Resolução nº A/RES/60/180**.

_____. Assembleia Geral, 2006. **Resolução nº A/RES/61/106**.

_____. Assembleia Geral, 2008. **Resolução nº A/RES/63/117**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/60/251**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/1714 (XVI)**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/57(I)**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/56/206**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/217/(III)A**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/32/132**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/1989/44**.

_____. Assembleia Geral. **Resolução nº A/RES/2542 (XXIV)**.

_____. Conselho Econômico e Social **Resolução E/RES/1999/30**.

_____. Conselho Econômico e Social. **Resolução nº 1235/1967**.

_____. Conselho Econômico e Social. **Resolução nº E/1989/79**.

_____. Conselho Econômico e Social. 1947. **Resolução nº E/437.**

_____. Comissão de Direitos Humanos. **Resolução nº 1989/57.**

_____. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtmsg_no=IV-11&chapter=4&clang=en. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtmsg_no=IV-15&chapter=4&clang=en. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Declaração Política da II Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento.** Disponível em: http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Madrid_plan.pdf. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789.**

_____. **Plano de Ação de Viena.** Disponível em: <http://www.un.org/en/events/elderabuse/pdf/vipaa.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. **Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento.** 2002. Disponível em: http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Madrid_plan.pdf. Acesso em: 28 nov. 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre a deficiência.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2011.

PECES-BARBA, G.; DE ASÍS, R. et al. **Curso de derechos fundamentales: teoría general.** Madrid: Dykinson, 1995.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Comentário ao artigo 4º da Constituição Federal.** In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura (Orgs.). **Comentários à Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Temas de direitos humanos.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

PUFENDORF, Samuel. **Os deveres do homem e do cidadão de acordo com as leis do Direito Natural.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PULVIRENTI, Orlando Daniel. Capítulo I – propósitos e princípios. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Comentários à carta das Nações Unidas.** Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

RAMOS, André de Carvalho. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o direito internacional e o direito constitucional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2011/2012, v. 106/107, pp. 497-524.

_____. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014a.

_____. Pluralidade de fontes e o novo Direito Internacional Privado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2014b, v. 109, pp. 597-620.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 21, n. 3, pp. 211-224, 1987

RAWLS, John. **O direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REI, Fernando Cardozo Fernandes; CUNHA, Kamyla. Mudanças climáticas globais: desafio a uma nova relação entre o Direito Internacional do Meio Ambiente e as Relações Internacionais. In: CASELLA, Paulo Borba; CELLI JÚNIOR, Umberto; MEIRELLES, Elizabeth de Almeida; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot (Orgs.). **Direito Internacional, humanismo e globalidade**: Guido Fernando Silva Soares *amicorum discipulorum liber*. São Paulo: Atlas, 2009.

REINALDA, Bob. **The routledge history of International Organizations**: from 1815 to the present day. Routledge: New York, 2009.

REUTER, Paul. **Direito Internacional Público**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
REx 466.343-SP/STF/2008.

RIPHAGEN, Willem. Techniques of international law. **Recueil des cours**, 1994-II, v. 246, pp. 235-386.

ROBERTSON, Arthur Henry. Legal problems of European integration. **Recueil des cours**, 1957, v. 91.

ROBILANT, Anna di. Genealogies of soft law. **The American Journal of Comparative Law**. Summer 2006, v. 54, n. 3, pp. 499- 554.

ROSENNE, Shabtai. The perplexities of modern international law: general course on public international law. **Recueil des cours**, 2001, v. 291.

ROTH, Kenneth. Defending economic, social and cultural rights: practical issues faced by an International Human Rights Organization. **Human Rights Quarterly**. Feb./2004, v. 26, n. 1, pp. 63-73.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SARLET, Ingo. Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados de Direitos Humanos. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Out./dez. 2011, v. 77, n. 4, pp. 162-185.

SEIDL-HOHENVELDERN, Ignaz. International economic 'soft law'. **Recueil des cours**, 1979-II, v. 163, pp. 165-246.

SEYERSTED, Finn. **Common Law of International Organizations**. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiro, 2004.

_____. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SIMMA, Bruno. From bilateralism to community interest in international law. **Recueil des cours**, 1994-VI, v. 250, pp. 217-384.

SLAUGHTER, Anne-Marie. International law and international relations. **Recueil des cours**, 2000, v. 285, pp. 9-249.

_____. Sovereignty and power in a Networked World Order. **Stanford Journal of International Law**, 2004, v. 40, p. 283-327.

STJ. Supremo Tribunal de Justiça. **HC 72131/1995/RJ**, julgamento em 23 de novembro de 1995. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=73573>. Acesso em: 08 jan. 2017.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **Teoria pluriversalista do Direito Internacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

TIBÚRCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto. **Direito Constitucional Internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TOMUSCHAT, Christian. International law: ensuring the survival of mankind on the eve of a new century: general course on public international law. **Recueil des cours**, 1999, v. 281, pp. 9-438.

TRELLES, Camilo Barcia. Westfalia, tres siglos después. **Revista Española de Derecho Internacional**, 1948, v. 1, n. 2-3, pp. 303-339.

TRIEPEL, H. Les rapports entre le droit interne et le droit international. **Recueil des cours**, 1923-I, v. 1, pp. 77-121.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. Théorie du droit international public: cours général. **Recueil des cours**, 1981-IV, v. 173.

UE-UNICEF. **Manual de los derechos del niño**: integración de los derechos del niño en la cooperación para el desarrollo, 2014, p. 13. Disponível em: https://www.unicef.org/spanish/eu/crtoolkit/downloads/Child-Rights-Toolkit-Web-Links_ES.pdf. Acesso em: 03 jan. 2017.

ULSTEIN, Geir. Institutions and competences. In: KLABBERS, Jan; PETERS, Anne; ULFSTEIN, Geir. **The constitutionalization of International Law**. Oxford: Oxford Press, 2009.

UNITED NATIONS. **Legislative history of the convention on the rights of the child**. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, New York and Geneva, 2007, v. I.

VASAK, Karel. **For the third generation of human rights: the rights of solidarity**. 10th Study Session, International Institute of Human Rights, July 1979.

VÁZQUEZ LÓPEZ, Raúl. Economic Integration in Latin America: The Theoretical Vision of ECLAC Against the Evolution Project in the Region. **Journal of Economics, Finance & Administrative Science**, 2011, v. 16, n. 31, p. 107. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1962753>. Acesso em: 24 set. 2016.

VELASCO, Manuel Diez de. **Instituciones de Derecho Internacional Público**. 18^a ed. Madrid: Tecnos, 2013.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 2009, v. 43, n. 3, pp. 548-554.

VERDÚ, Pablo Lucas. Recientes aportaciones sobre los fundamentos iusnaturalistas del Derecho Internacional. **Revista española de derecho internacional**, 1951, v. IV, n. 1, pp. 135-142.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros, 2016.

VIGNALI, Heber Arbuet. **Derecho Internacional Público**. Montevideo: Talleres gráfico, 1993.

WALKER, Neil. Flexibility within a metaconstitutional frame: reflections on the future of legal authority in Europe. **Harvard Jean Monnet Working Papers**, 1999, v. 12. Disponível em: <http://www.jeanmonnetprogram.org/archive/papers/99/991202.html#TopOfPage>. Acesso em: 22 dez. 2016.

WEIS, Carlos. **Direitos Humanos contemporâneos**. 2^a ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

WHITEMAN, Marjorie M. Mrs. Franklin D. Roosevelt and the Human Rights Commission. **The American Journal of International Law**. American Society of International Law, Oct. 1968, v. 62, n. 4.

WOOLF, Leonard. **International government**. London: Fabian Society, 1916.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **El derecho dúctil**. 6^a ed. Madrid: Ed. Trotta, 2005.

ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. São José: Conceito Editorial, 2010.

Sites pesquisados

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/about/subsidiary/commissions.shtml>. Acesso em: 18 out. 2016.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>. Acesso em: 26 set. 2016.

Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html>. Acesso em: 27 out. 2016.

Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1942-declaration-united-nations/index.html>. Acesso em: 26 out. 2016

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em: 25 set. 2016.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/comissao-de-estatistica-da-onu-discute-monitorar-objetivos-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 23 set. 2016.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onu-habitat/>. Acesso em: 30 set. 2016.

Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>. Acesso em: 25 out. 2016.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Ximenes-Lopes vs. Brasil, 2005. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_139_esp.pdf. Acesso em: 08 jan. 2017.

SHORT HISTORY OF THE COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN.

Disponível em: http://www.un.org/women_watch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 29 set. 2016.

Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/csw/brief-history>. Acesso em: 22 set. 2016.

CONFERÊNCIA DE DUMBARTON OAKS. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-yalta/index.html>. Acesso em: 26 out. 2016.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. **Resolução nº 1985/17**. Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/E/ECOSOC/.../E-RES-1985-17.do>. Acesso em: 08 jan. 2017.

Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcomepage.aspx>. Acesso em: 12 out. 2016

Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>. Acesso em: 11 out. 2016.

Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/about/pdf/rules.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016:

Disponível em: <https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>. Acesso em: 18 set. 2016

DECLARAÇÃO DE MOSCOU, DE 1943. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1943-moscow-and-teheran-conferences/index.html>. Acesso em: 26 out. 2016.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 01 out. 2016.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Resolução nº 17/1989**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2017-2016.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306736&filename=PPP+1+%3D%3E+PL+7699/2006. Acesso em: 24 nov. 2016.

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31AGO2001.pdf#page=532>, p. 41.321. Acesso em: 28 nov. 2016.

REGIMENTO DO SENADO. **Resolução nº 3/1970**. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISFCompilado.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. Disponível em: <http://sbgg.org.br/espaco-cuidador/envelhecimento-ativo/>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao>. Acesso em: 26 nov. 2016.

STF. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>, p. 24 de seu voto. Acesso em: 08 jan. 2017.

Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>, p. 10. Acesso em: 08 jan. 2017.

Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/commission/index.shtml>. Acesso em: 18 set. 2016.

Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/index.html>. Acesso em: 23 set. 2015.

Disponível em: <http://www.un.org/esa/forests/forum/index.html>. Acesso em: 23 set. 2016.

Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/news.shtml>. Acesso em: 25 out. 2016.

Disponível em: <http://www.unep.org/about/Priorities/tabid/129622/Default.aspx>. Acesso em: 26 set. 2016.

Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/historico>. Acesso em: 26 set. 2016.

Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>. Acesso em: 29 set. 2016.

Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Disponível em: <http://www.un.org/en/events/elderabuse/pdf/vipaa.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ANEXO

ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS VOLTADOS À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1 CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

O Conselho Econômico e Social – ao lado da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, da Corte Internacional de Justiça, do Secretariado e do extinto Conselho de Tutela – é um dos órgãos principais da Organização das Nações Unidas. Sua existência está prevista no art. 7.1⁴²² da Carta da Organização das Nações Unidas, de 1945.

Trata-se de um órgão que tem como objetivo coordenar as discussões de cunho econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos desenvolvidas no âmbito da Organização.

O Conselho Econômico e Social apresenta-se como um foro legitimado e qualificado para o desenvolvimento de debate e para a composição de consenso no que se refere tanto ao atingimento de objetivos mundiais comungados pelos membros da organização, quanto ao seu acompanhamento⁴²³.

1.1 Atribuições⁴²⁴ do Conselho Econômico e Social

No desempenho das funções para as quais foi concebido, uma das atribuições do Conselho Econômico e Social é justamente promover estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional e outros conexos às suas atividades, os quais servirão de base para pautar a atuação da organização. Além de possuírem caráter informativo podem ser objeto de recomendação tanto à

⁴²² Art. 7.1. Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado.

⁴²³ Da apresentação institucional do órgão no portal eletrônico da Organização. Disponível em: <https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>. Acesso em: 18 set. 2016: “*The Economic and Social Council is at the heart of the United Nations system to advance the three dimensions of sustainable development – economic, social and environmental. It is the central platform for fostering debate and innovative thinking, forging consensus on ways forward, and coordinating efforts to achieve internationally agreed goals. It is also responsible for the follow-up to major UN conferences and summits.*”

⁴²⁴ Neste ponto justifica-se o emprego do termo “atribuição” pelo fato de que a tradução para o português usou o termo “competência” para falar dos temas afetos à atuação do Conselho (no original, em inglês, *competence*). Tradicionalmente, porém, tal termo é empregado para se referir à medida de jurisdição de tribunais. Nesse sentido, optou-se por “atribuição” para se referir ao limite das funções administrativas do órgão.

Assembleia Geral, quanto aos Estados-membros e outras organizações especializadas no quadro da ONU, conforme prevê o art. 62.1 da carta constitutiva da organização⁴²⁵.

Também merece destaque o papel proativo que se espera do Conselho Econômico e Social, pois, no interesse dos temas de sua atribuição, poderá propor documentos internacionais (art. 62.3⁴²⁶) e também convocar conferências internacionais (art. 62.4⁴²⁷) sobre esses temas.

Também consta de suas funções a prestação de informações e assistência ao Conselho de Segurança, quando solicitado (art. 65⁴²⁸), a execução de decisões da Assembleia Geral, no que lhe couber (art. 66.1⁴²⁹).

1.2 Composição e tomada de decisões

O Conselho Econômico e Social é composto por 54 membros eleitos pela Assembleia Geral dentre os Estados que compõem a Organização (art. 61.1⁴³⁰), sendo que cada membro terá um representante no conselho (art. 61.4⁴³¹).

A cada ano renova-se um terço dos membros do Conselho, sendo que cada membro será eleito para o mandato de três anos, sendo possível uma reeleição para mandato de igual período (art. 61.2⁴³²).

No que se refere à tomada de decisões do Conselho Econômico e Social, o representante de cada membro terá direito a um voto (art. 67.1⁴³³) e as deliberações serão, sempre, por maioria dos membros presentes e votantes (art. 67.2⁴³⁴).

⁴²⁵ Art. 62.1: O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.

⁴²⁶ Art. 62.3: “Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência.”

⁴²⁷ Art. 62.4: “Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência.”

⁴²⁸ Art. 65: “O Conselho Econômico e Social poderá fornecer informações ao Conselho de Segurança e, a pedido deste, prestar-lhe assistência.”

⁴²⁹ Art. 66.1: “O Conselho Econômico e Social desempenhará as funções que forem de sua competência em relação ao cumprimento das recomendações da Assembleia Geral.”

⁴³⁰ Art. 61.1: “O Conselho Econômico e Social será composto de 54 Membros das Nações Unidas, eleitos pela Assembleia Geral.”

⁴³¹ Art. 61.4: “Cada Membro do Conselho Econômico e Social terá nele um representante.”

⁴³² Art. 61.2: “De acordo com os dispositivos do parágrafo 3, 18 Membros do Conselho Econômico e Social serão eleitos cada ano para um período de três anos, podendo, ao terminar esse prazo, ser reeleitos para o período seguinte.”

⁴³³ Art. 67.1: “Cada Membro do Conselho Econômico e Social terá um voto.”

⁴³⁴ Art. 67.2: “As decisões do Conselho Econômico e Social serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.”

Atualmente, o Brasil é membro do Conselho Econômico e Social, com mandato até 31 de dezembro de 2017.

1.3 Estrutura

Tanto a Carta das Nações Unidas (art. 68⁴³⁵), quanto o regimento interno do Conselho (art. 24⁴³⁶) preveem a criação, *interna corporis*, de comissões para os assuntos econômicos e sociais e para a proteção dos direitos humanos. Tais comissões poderão ser gerais ou regionais, e também permanentes ou *ad hoc*.

As comissões gerais e permanentes do Conselho Econômico e Social estão descritas a seguir.

1.3.1 Comissão sobre População e Desenvolvimento⁴³⁷

Criada pela Resolução nº 3 (III) (1946), do Conselho Econômico e Social e inicialmente denominada de “Comissão de População”, por decisão da Assembleia Geral (A/RES/49/128)⁴³⁸, a comissão passou a ser chamada de Comissão sobre população e desenvolvimento, cujo objetivo principal é acompanhar, em nível internacional e regional, a implementação do plano de ação oriundo da Conferência sobre População e Desenvolvimento, relatado na “Plataforma de Cairo”, oriunda da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada na cidade egípcia, em 1994, a partir da qual as discussões desenvolvidas no âmbito da comissão têm se pautado, também, sob o prisma da necessidade de se interpretar os direitos humanos como fundamento para o desenvolvimento da humanidade⁴³⁹.

⁴³⁵ Art. 68. O Conselho Econômico e Social criará comissões para os assuntos econômicos e sociais e a proteção dos direitos humanos, assim como outras comissões que forem necessárias para o desempenho de suas funções

⁴³⁶ “Rule 24:1. *The council may establish and define the composition and the terms of reference of: (a) functional commissions and regional commissions; (b) sessional committees of the whole and other sessional bodies; standing and ad hoc committees.* 2. *Except for the regional commissions, the commissions and committees of the council shall not create either standing or ad hoc interssessional subsidiary bodies without prior approval of the council.*” (Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/about/pdf/rules.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016).

⁴³⁷ Em inglês: “*Commission on populations and development*”. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/commission/index.shtml>. Acesso em: 18 set. 2016.

⁴³⁸ A/RES/49/128: “[...] 24. *Also decides that, to emphasize the new and comprehensive approach to population and development embodied in the Programme of Action, the revitalized Population Commission shall be renamed the Commission on Population and Development; [...].*”

⁴³⁹ Nas palavras de José Augusto Lindgren Alves, *in verbis*: “Nesse sentido, mais do que em qualquer outro, a Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento representou uma esperança de progresso

1.3.2 Comissão para o Desenvolvimento Social

Criada pela Resolução nº 10 (II) (1946), do Conselho Econômico e Social e inicialmente denominada de “Comissão de População”, desde 1995 a Comissão tem desempenhado relevante papel no acompanhamento e na implementação do programa de ação oriundo da Conferência de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, de 1995.

Além de promover o acompanhamento dos avanços a partir de Copenhague, a Comissão também tem por objetivo auxiliar o Conselho Econômico e Social na formulação de políticas públicas compatíveis com o entendimento firmado em Copenhague-95, apontada como a primeira conferência internacional sobre o tema do desenvolvimento social⁴⁴⁰, que foi definitivamente inserido na agenda internacional⁴⁴¹.

1.3.3 Comissão para o Status da Mulher

Estabelecida pela Resolução nº E/RES/2/11, de 21 de junho de 1946, a atuação dessa comissão remonta aos primeiros anos de funcionamento da Organização das Nações Unidas, por ocasião da primeira reunião da “Comissão para o *status* da mulher” ainda no ano de 1947⁴⁴², na cidade de Nova Iorque.

Ao longo dos anos, a presente Comissão tem sido muito ativa em suas discussões, tendo participado diretamente da concepção e da formulação dos diversos documentos internacionais que podem ser indicados como pertencentes à afirmação histórica dos direitos das mulheres, desde a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres, de 1953, até a Conferência de *Beijing*, realizada 1995, na qual se estabeleceram várias diretrizes e foi aprovado tanto uma Declaração – mais sintética, diga-se de passagem, porém amplamente difundida – quanto um plano de ação detalhado, a partir de um diagnóstico crítico dos problemas existentes⁴⁴³, para o crescente empoderamento e para a inserção da mulher na agenda internacional do século vindouro.

histórico, proporcionando impulso substantivo à mais positiva das tendências dos tempos presentes: a que estabelece os direitos humanos como fundamento, condição e meio para a consecução do desenvolvimento da humanidade.” (ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001, p. 180).

⁴⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 181.

⁴⁴¹ Id., *ibid.*, p. 210.

⁴⁴² Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/csw/brief-history>. Acesso em: 22 set. 2016.

⁴⁴³ ALVES, José Augusto Lindgren. Op. cit., 2001, p. 224.

Se, por um lado, é verdade que das 160 assinaturas constantes na ata da Carta de São Francisco, de 1945, apenas quatro eram de mulheres⁴⁴⁴ – dentre elas a da brasileira Bertha Lutz; por outro, há de se reconhecer que houve um avanço e um amadurecimento considerável no tratamento da pauta da mulher nos debates em nível internacional, a partir da atuação do Conselho Econômico e Social e da própria Organização.

1.3.4 Comissão de Narcóticos

Estabelecida pela Resolução nº 9 (I) (1946), inicialmente a Comissão tinha por objetivo auxiliar o Conselho na supervisão da aplicação de tratados sobre controle de drogas – dentre elas a Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971) e a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988). Em 1991, por decisão da Assembleia Geral, a Comissão teve suas atribuições aumentadas para que também ela respondesse como principal órgão executivo do programa das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, sendo responsável, inclusive, pela aprovação do orçamento do programa.

Além disso, desde de 1999⁴⁴⁵ encontram-se colocadas como suas funções tanto coordenar a supervisão de tratados sobre o tema, desenvolvidos na esteira das atribuições do Conselho Econômico e Social, quanto gerir o programa das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes.

1.3.5 Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal

Criada pela Resolução nº 1992/1, atendendo ao pedido formulado pela Assembleia Geral (Resolução nº 46/152), a Comissão atua tanto no desenvolvimento de políticas no campo da prevenção ao crime quanto na concretização de justiça penal.

Além de monitorar o uso e a aplicação das normas das Nações Unidas referentes a esses temas e orientar a formulação de políticas públicas para adequações a novas realidades, a Comissão também realiza, periodicamente, foros para as discussões que são

⁴⁴⁴ Cf. *Short History of the Commission on the Status of Women*. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

⁴⁴⁵ Resolução E/RES/1999/30 do Conselho Econômico e Social. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Drug_Resolutions/1990-1999/1999/ECOSOC_Res-1999-30.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

de atribuição da Comissão, a partir das quais se traça uma meta de trabalho para encontros anuais.

No âmbito dos trabalhos da Comissão, os principais temas que compõem a sua agenda sobre o sistema de justiça criminal são⁴⁴⁶: justiça juvenil, reforma penal, reforma da justiça criminal, Justiça restaurativa, alternativas à prisão, apoio às vítimas, violência baseada em gênero, e acompanhamento do desempenho do sistema de justiça criminal.

1.3.6 Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

Trata-se de Comissão estabelecida em 1992 para assessorar a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social em questões relativas ao desenvolvimento a partir da ciência e da pesquisa.

Também dentro do escopo do próprio Conselho, a Comissão contribuiu para a formulação de recomendações e parâmetros relativos à atuação da Organização e também para o estabelecimento de diálogo, sobretudo voltado para os países em desenvolvimento.

1.3.7 Fórum das Nações Unidas sobre Florestas

A partir da Resolução nº 2000/35, do Conselho Econômico e Social, foi estabelecido, em 2000, o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, que tem por objetivo promover a “gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas e o fortalecimento do compromisso político de longo prazo com esse propósito”⁴⁴⁷.

Dentre as funções do Fórum, merece destaque o acompanhamento que é dispensado aos temas tratados nas grandes conferências ambientais dos anos 90, dentre eles os oriundos da Declaração do Rio, da Declaração de Princípios sobre as Florestas, da Agenda 21, da Conferência do Rio de Janeiro de 1992, etc.

1.3.8 Comissão de Estatística

Criada em 1947, a Comissão de Estatística tem papel essencial na vocação da Organização das Nações Unidas como um foro adequado à proteção e à afirmação de

⁴⁴⁶ Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/index.html>. Acesso em: 23 set. 2015.

⁴⁴⁷ Disponível em: <http://www.un.org/esa/forests/forum/index.html>. Acesso em: 23 set. 2016.

direitos. Isso porque promove a organização de dados, o assessoramento de órgãos das Nações Unidas em questões relativas à coleta e disseminação de informações, de onde colhe a importância da relação desenvolvida entre a Comissão e os demais membros da Organização.

Ressalte-se, ainda, que a Comissão tem um sistema rotativo de membros e de sua presidência, de modo a possibilitar um intercâmbio entre os Estados no que se refere aos membros da organização, a partir dos interesses da Organização⁴⁴⁸.

1.3.9 Comissões Econômicas Regionais

Na seara econômica, merece destaque, no âmbito do Conselho Econômico e Social, a existência de Comissões Econômicas Permanentes, que atuarão em consonância com os propósitos do Conselho.

Atualmente existem cinco Comissões Regionais, dentre elas a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a Comissão Econômica para a África, a Comissão Econômica para a Europa; a Comissão Econômica para a Ásia e o Pacífico, bem como a Comissão Econômica para o Sudeste asiático.

1.3.9.1 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)

Trata-se de uma Comissão Regional de Cooperação Econômica, criada em 1948, pela Resolução nº 106 (VI), do Conselho Econômico e Social da Organização, sediada na cidade de Santiago, no Chile.

Inicialmente, a Comissão tinha por objetivo auxiliar na promoção de desenvolvimento na América do Sul, entretanto tal abrangência foi alterada ainda em 1984 (Resolução nº 1984/67), para se proceder à inclusão da expressão “e Caribe”.

A Comissão é composta por 45 membros, sendo, deste total, 20 representantes da América Latina, 13 do Caribe e 20 de fora da região⁴⁴⁹.

⁴⁴⁸ A propósito, para o biênio 2016-2017, o Brasil presidirá a Comissão de Estatística da ONU, sendo que a condução dos trabalhos ficará a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/comissao-de-estatistica-da-onu-discute-monitorar-objetivos-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 23 set. 2016.

⁴⁴⁹ Raúl Vázquez López afirma, *in verbis*: “La visión cepalina original de la integración latinoamericana se inserta en una estrategia multidisciplinaria e integral tendiente a sacar a las naciones de la región del subdesarrollo y a superar su condición dependiente y periférica. Al respecto, la revisión realizada por la propia CEPAL a partir de los años noventa de estos postulados pioneros, que nunca fueron comprobados empíricamente, debe ser considerada co-responsable de una reorientación teórica cuya implementación

Tradicionalmente, a atuação da CEPAL tem se pautado por uma estratégia de integração latino-americana, a partir de modelos teóricos desenvolvimentistas, principalmente durante o pós-guerra⁴⁵⁰, associados à superação da dependência econômica materializada pela dicotomia excludente “centro-periferia”⁴⁵¹, na expressão outrora referida por Prebisch⁴⁵².

Os principais debates da Comissão versam sobre a realidade da América Latina com vistas à superação da desigualdade, à luta contra a pobreza, ao fomento à democracia, justiça e paz enquanto alternativas para inserção dos países latino-americanos na economia mundial⁴⁵³.

*erosionó los tejidos productivos y bloqueó procesos de aprendizaje en las distintas economías.” (VÁZQUEZ LÓPEZ, Raúl. Economic Integration in Latin America: The theoretical vision of ECLAC against the evolution project in the region. **Journal of Economics, Finance & Administrative Science**, 2011, v. 16, n. 31, p. 107. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1962753>. Acesso em: 24 set. 2016).*

⁴⁵⁰ Segundo Eduardo Biacchi Gomes, “O Pós-Guerra foi um período profícuo para os projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos. Os debates tiveram como foro central a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), comissão criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da referida contextualização, buscava-se a construção de um modelo próprio de desenvolvimento para as economias latino-americanas e do Caribe, pautadas no regime de substituição de importações, por meio do qual os países deveriam buscar a integração, com vistas a que suas indústrias pudessem fabricar os produtos industrializados e que, originariamente, eram importados dos mercados dos países desenvolvidos.” (GOMES, Eduardo Biacchi. Comunidade Sul-Americana de Nações e Democracia: condicionantes ao desenvolvimento da região. **Revista de Informação Legislativa**, n. 174, abr./jun. 2007 (Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2701229>. Acesso em: 24 set. 2016).

⁴⁵¹ A respeito da sistemática excludente estabelecida entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, cf. *em passim*, NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950-1990**. São Paulo: Caros Amigos, 2011, p. 44: “O conceito central na teoria da CEPAL é o do centro-periferia, utilizado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar de que maneira os seus ganhos são distribuídos. De acordo com este paradigma, a dualidade na economia mundial surgiu com a Revolução Industrial no centro, quando as possibilidades de incremento da produtividade dos fatores de produção aumentaram drasticamente. No entanto, a difusão do progresso técnico ocorreu de forma bastante irregular pelo mundo. Enquanto os países centrais internalizaram as novas tecnologias, desenvolvendo o setor de bens de capital, o que possibilitou a sua difusão pelos outros setores de forma integrada e homogênea, as economias periféricas se tornavam desarticuladas e dualistas. Desarticuladas porque precisavam importar tecnologia avançada do centro; dualistas devido à enorme brecha de produtividade que separava o setor exportador do de subsistência, configurando um quadro que Aníbal Pinto chamaria nos anos 1960 de ‘heterogeneidade estrutural’.”

⁴⁵² No entendimento de Raúl Prebisch, “Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem tornando-a impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial.” (PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 71).

⁴⁵³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em: 25 set. 2016.

1.3.9.2 Comissão Econômica para Europa (CEE)

A Comissão Econômica para a Europa (CEE) foi estabelecida em 1947, também por Resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Ela possui 56 membros e se encontra sediada em Genebra, na Suíça.

Dentre seus objetivos, destaca-se o trabalho voltado à promoção de integração econômica na Europa, a partir de um desenvolvimento sustentável pautado pelo diálogo político, pelo diálogo na formulação de marcos normativos comuns, pelo intercâmbio de experiências e boas práticas econômicas e pela cooperação técnica com países com economia em desenvolvimento.

1.3.9.3 Comissão Econômica para a África (CEA)

Criada em 1958, por Resolução do Conselho Econômico e Social, a Comissão possui 54 membros e sua sede se encontra na cidade de Addis Abeba, na Etiópia.

São objetivos da Comissão promover o desenvolvimento econômico e social dos membros da Organização, incentivar a integração interna da África e promover a cooperação internacional para o desenvolvimento do continente africano.

1.3.9.4 Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (CESAP)

Instituída em 1947 por Resolução do Conselho Econômico e Social, a Comissão possui 53 membros e se encontra sediada na Tailândia, na cidade de Bangkok.

A Comissão objetiva ser um fórum adequado para a cooperação regional e para a tomada coletiva de decisões, permitindo aos Estados a construção de um desenvolvimento econômico pautado pela equidade, na tentativa de compatibilizar as diferenças geográficas, econômicas, religiosas, étnicas e culturais dos Estados que compõem a presente Comissão, que é justamente a maior dentre as Comissões Regionais existentes no âmbito do Conselho Econômico e Social.

1.3.9.5 Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental⁴⁵⁴

A Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental foi criada em 1973, pela Resolução nº 1818 (LV) do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Possui 18 membros e se encontra sediada em Beirute, no Líbano.

A Comissão tem como propósito estimular o desenvolvimento de atividades econômicas e estreitar a cooperação entre seus membros, com vistas ao desenvolvimento mútuo, promover a integração entre a Ásia ocidental e outras regiões, além de propiciar uma conscientização sobre a realidade e a necessidade dos países membros da Comissão.

2 ASSEMBLEIA GERAL

Juntamente com o Conselho Econômico e Social, suprarreferido, a Assembleia Geral é um dos órgãos principais da ONU⁴⁵⁵.

Trata-se do órgão representativo e deliberativo máximo da organização e, como tal, é de extrema relevância na condução política e administrativa da Organização, uma vez que se debruça sobre todos os temas de interesse da Organização, justamente pela posição que ocupa.

As sessões plenárias da Assembleia ocorrem na sede da Organização, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos e cada uma de suas sessões anuais inaugura seus trabalhos no mês de setembro, estendendo-se até o primeiro semestre do ano seguinte.

Muito mais do que uma reunião anual, a Assembleia Geral da ONU representa uma “consciência do mundo e suas decisões são a personificação dessa consciência no esforço de resolver os problemas que dizem respeito a todos os povos”⁴⁵⁶, equiparando-se, há quem diga, a uma “opinião pública global”⁴⁵⁷.

⁴⁵⁴ Inicialmente, chamava-se apenas “Comissão Econômica para a Ásia Ocidental”. Para realçar a sua missão social, entretanto, em 1985 o nome foi alterado para “Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental”, pela Resolução nº 69/1985, do Conselho Econômico e Social.

⁴⁵⁵ Artigo 7.1. da Carta das Nações Unidas (BRASIL. **Decreto Federal nº 19.841/1945**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

⁴⁵⁶ BRUM, Leila Maria; AZEVEDO SILVEIRA, Ana Maria Medeiros Simas de (Orgs.). **A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 37.

⁴⁵⁷ Id., ibid., p. 37.

2.1 Atribuições

Como referido anteriormente, enquanto principal órgão representativo do quadro das Nações Unidas, a Assembleia Geral se debruça sobre todos os temas e objetivos institucionais constantes de sua carta institucional⁴⁵⁸, podendo manifestar-se sobre questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacional, cuja matéria afeta às atribuições do Conselho de Segurança, desde que em consonância com a sua atuação⁴⁵⁹.

Seja como for, se, por um lado, a abrangência das atribuições da Assembleia Geral é potencialmente irrestrita, por outro a Carta das Nações Unidas também ressalta temas sobre os quais a Assembleia não apenas poderá, mas deverá, por exemplo, promover estudos e realizar recomendações com vistas à promoção da cooperação internacional, da codificação do Direito Internacional, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, além de contribuir construtivamente no desenvolvimento dos campos econômico, social, humanitário, cultural, educacional e sanitário⁴⁶⁰.

No âmbito administrativo, também se destacam as atribuições da Assembleia Geral na aprovação do orçamento e na fixação dos aportes a serem realizados pelos Estados-membros⁴⁶¹, bem como na eleição dos membros rotativos do Conselho de Segurança⁴⁶², na eleição de membros dos demais conselhos e órgãos das Nações Unidas⁴⁶³ e, tendo consultado o Conselho de Segurança, indicar o Secretário-Geral da Organização

2.2 Composição e tomada de decisões

Cada participante da Organização é membro nato da Assembleia Geral e terá, em cada sessão da assembleia, uma delegação formada por, no máximo, cinco representantes⁴⁶⁴.

⁴⁵⁸ Art. 10 da Carta das Nações Unidas (BRASIL. **Decreto Federal nº 19.841/1945**): “A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos e, com exceção do estipulado no art. 12, poderá fazer recomendações aos membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles, conjuntamente, com referência a qualquer daquelas questões ou assuntos.” (grifo nosso). A exceção prevista no art. 12, referida no citado art. 10, refere-se às situações nas quais já estiver atuando o Conselho de Segurança e, por esse motivo, a Assembleia Geral deveria, em tese, abster-se da discussão.

⁴⁵⁹ Art. 13.1 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*)

⁴⁶⁰ Art. 11 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

⁴⁶¹ Art. 17 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

⁴⁶² Art. 23.1 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

⁴⁶³ Art. 18.2 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

⁴⁶⁴ Art. 9º da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

A tomada de decisões será sempre por maioria de votantes, sendo que a cada membro corresponderá um único voto^{465,466}.

2.3 Estrutura

Em que pese a atuação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas se confundir com a sua discussão plenária, ocorrida anualmente em sua sede⁴⁶⁷, nela não se resume a atuação do órgão.

Com efeito, em que pese o fato de a Assembleia Geral ter seu apogeu em sua sessão anual, a Assembleia encontra-se dividida em Comissões Temáticas que visam a fornecer o substrato necessário para o órgão desempenhar suas funções suprarreferidas.

Atualmente existem seis Comissões cujos trabalhos se vinculam à atuação da Assembleia Geral⁴⁶⁸, sendo que, dentre essas seis, destacam-se, para os fins de diálogo com a proteção dos direitos sociais, a Comissão que versa sobre a construção da paz a partir da recuperação pós-conflito⁴⁶⁹ e também a Comissão de Direito Internacional⁴⁷⁰, que exerce papel relevante no desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, seja pelo aprofundamento de discussões nela desenvolvidas, seja pelo auxílio que vem sendo depositado na crescente codificação do Direito Internacional.

Além das Comissões de trabalho estabelecidas, supramencionadas, encontram-se, também, sob os auspícios da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e diversos programas, estando a ela vinculados, sendo que

⁴⁶⁵ Art. 18.1 da Carta das Nações Unidas (Id., *ibid.*).

⁴⁶⁶ Muito embora o exercício do voto seja igualitário entre os membros da Organização, no âmbito da Assembleia Geral, quando dos debates iniciais sobre a arquitetura do órgão, cogitou-se a multiplicidade de voto para determinados membros, de acordo com sua pretensa relevância geopolítica. Ronaldo Mota Sardenberg ressaltava, *in verbis*: “É verdade que, durante a Conferência de São Francisco, as grandes potências, especialmente os EUA, consideraram a hipótese de reservar para si mais de um voto na Assembleia Geral, para marcar seu *status* diferenciado – assim como o veto o faz no Conselho de Segurança. No fim, prevaleceu a tese de cada país um voto.” (Cf. SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 52).

⁴⁶⁷ Art. 20 da Carta das Nações Unidas (Decreto Federal nº 19.841, de 1945).

⁴⁶⁸ São essas as seis Comissões: uma Comissão que trata de temas relacionados ao desarmamento e à não proliferação de armas nucleares; uma Comissão que lida com temas relacionados ao Comércio Internacional; uma Comissão que versa sobre direitos humanos, humanitários e culturais a partir da construção da paz; uma Comissão que se debruça sobre temas diversos relacionados à política de descolonização da Organização, sobretudo relativa à questão Palestina; uma Comissão que dialoga com questões administrativas, orçamentárias e financeiras da Organização; e, finalmente, uma Comissão que contempla discussões voltadas para temas jurídicos e para a Codificação do Direito Internacional (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/about/subsidiary/commissions.shtml>. Acesso em: 18 out. 2016).

⁴⁶⁹ Criada pela Resolução nº A/RES/60/180, da Assembleia Geral, de 2005.

⁴⁷⁰ Criada pela Resolução nº A/RES/II/174, da Assembleia Geral, de 1947.

a criação desses órgãos subsidiários tem fundamento no art. 22 da Carta das Nações Unidas⁴⁷¹.

2.3.1 Conselho de Direitos Humanos (CDH)

Em substituição à então existente Comissão de Direitos Humanos, subordinada ao Conselho Econômico e Social, a Assembleia Geral da Organização decidiu criar, por intermédio da Resolução nº A/RES/60/251, em 2006, um “Conselho de Direitos Humanos”, subordinado à Assembleia e sediado em Genebra, na Suíça.

O Conselho de Direitos Humanos é composto por 47 Estados-membros⁴⁷², cada um com mandato de três anos, sendo possível apenas uma recondução, com o objetivo de promover o respeito universal na proteção de direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de nenhuma forma⁴⁷³.

No desempenho de suas funções, a atuação do Conselho será pautada por princípios relativos à proteção internacional dos direitos humanos, dentre eles a universalidade, a imparcialidade, a não seletividade⁴⁷⁴ e a cooperação entre os seus membros com vistas à possibilidade de se acompanhar sistematicamente a situação dos direitos humanos no mundo, evitando e identificando violações.

Para o exercício desse acompanhamento sistemático da situação dos direitos humanos no mundo, o Conselho dispõe de dois tipos de mecanismos: um dito universal, criado em 2006 juntamente com o Conselho, e outro dito especial, herdado da antiga Comissão de Direitos Humanos.

2.3.1.1 Revisão Periódica Universal

O mecanismo universal, previsto também na Resolução nº A/RES/60/251, que criou o Conselho, envolve uma revisão periódica universal e alternada da situação dos direitos humanos em todos os membros da Organização das Nações Unidas, evitando-se a

⁴⁷¹ Art. 22 da Carta das Nações Unidas (Decreto Federal nº 19.841, de 1945), *in verbis*: “A Assembleia Geral poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho de suas funções.”

⁴⁷² Segundo a Resolução nº A/RES/60/251, Item 7, a composição do Conselho de Direitos Humanos atenderá a uma divisão geográfica equilibrada, da seguinte forma: 13 Estados africanos, 13 Estados asiáticos, seis Estados da Europa oriental, oito Estados da América Latina e Caribe, sete Estados da Europa Ocidental e de outras localidades não contempladas.

⁴⁷³ Resolução nº A/RES/60/251, Item 1.

⁴⁷⁴ Resolução nº A/RES/60/251, Item 4.

seletividade na escolha dos países analisados e garantindo-se a isenção no manuseio do tema.

Para tanto, é composto um grupo de trabalho formado por três Estados-membros que realizará um relatório sobre a situação da proteção e implementação de Direitos Humanos no Estado, revisto a partir das informações fornecidas pelo próprio Estado analisado e de questionamentos feitos ao Estado pelo Conselho, a partir dos quais o grupo de trabalho apresenta um parecer relatando a análise realizada. Após a apresentação do relatório formulado pelo grupo de trabalho, tal documento é analisado pelo plenário do Conselho e as conclusões obtidas são formuladas como recomendações, sem efeito vinculante.

A importância desse mecanismo decorre do fato de ser um instrumento institucional e sistemático de análise indiscriminada da situação dos Direitos Humanos no território dos Estados-membros da organização, a partir do desenvolvimento de uma cooperação mediado por um diálogo construtivo^{475,476}, desenvolvido em colaboração entre o grupo de trabalho de países revisores, o país revisto e também com a contribuição de organizações não governamentais no envio de informações.

2.3.1.1.1 O Brasil e a Revisão Periódica Universal

A revisão periódica universal, inaugurada pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, corresponde ao mais amplo mecanismo de acompanhamento da situação de direitos humanos atualmente existente no mundo, sendo que, já em 2011⁴⁷⁷, ou seja, apenas cinco anos após a sua criação, já havia conseguido analisar, ao menos em uma ocasião, a situação dos Direitos Humanos em cada um dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas.

No caso do Brasil, o Estado já foi objeto de revisão do Conselho em duas ocasiões: em 2008, quando os Estados revisores eram Gabão, Arábia Saudita e Suíça; e em 2012, quando os Estados revisores eram China, Polônia e Equador.

⁴⁷⁵ Resolução nº A/RES/60/251, Item 4: *“Decides further that the work of the Council shall be guided by the principles of universality, impartiality, objectivity and non-selectivity, constructive international dialogue and cooperation, with a view to enhancing the promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development.”*

⁴⁷⁶ RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 287.

⁴⁷⁷ Cf. Informação do Conselho de Direitos Humanos, na apresentação do mecanismo de revisão universal. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>. Acesso em: 11 out. 2016.

2.3.1.1.1 Relatorias especiais

Além do mecanismo de revisão periódica universal, o Conselho também possui o mecanismo de relatorias especiais, herdado da antiga Comissão de Direitos Humanos, para o acompanhamento da situação da proteção de direitos humanos nos Estados-membros da organização. Com a colaboração dessas relatorias especiais, o Conselho possui o dever de cooperação entre os Estados-membros⁴⁷⁸, prevista na Carta das Nações Unidas, para a promoção de direitos humanos⁴⁷⁹.

Na sistemática desse procedimento, são nomeados especialistas independentes de direitos humanos ou são formados grupos de trabalho para o cumprimento de mandato com vistas à avaliação da situação de direitos humanos⁴⁸⁰. No desempenho de seus mandatos, os especialistas se valem do critério temático e geográfico⁴⁸¹, pois se debruçam sobre temas determinados – sejam eles relativos a direitos civis, culturais, econômicos, políticos ou sociais – ou sobre questões relativas à situação dos direitos humanos em determinados Estados-membros, nos quais potencialmente estejam ocorrendo violações⁴⁸².

Ao término desses procedimentos, o relatório formulado pelos especialistas é encaminhado, juntamente com suas respectivas considerações e recomendações, para o Conselho de Direitos Humanos e para a Assembleia Geral da Organização.

Os relatores que atuam nesses procedimentos não o fazem em nome de seus Estados de origem. Fazem-no em caráter pessoal, contando com autonomia funcional e, apesar de não serem funcionários da Organização, no exercício de suas atividades recebem

⁴⁷⁸ Cf. RAMOS, André de Carvalho. Op. cit., 2014, p. 285.

⁴⁷⁹ Conferir, a seguir, comentário a respeito do propósito previsto no art. 1.3 da Carta das Nações Unidas (Decreto Federal nº 19.841, de 1945).

⁴⁸⁰ Cf. Resolução nº 1.235/1967 do Conselho Econômico e Social da ONU: “*The Economic and Social Council [...] Decides that the Commission on Human Rights may, in appropriate cases, and after careful consideration of the information thus made available to it, in conformity with the provisions of paragraph 1 above, make a thorough study of situations which reveal a consistent pattern of violations of human rights, as exemplified by the policy of apartheid as practised in the Republic of South Africa and in the territory of South West Africa under the direct responsibility of the United Nations and now illegally occupied by the government of the Republic of South Africa, and racial discrimination as practised notably in Southern Rhodesia, and report, with recommendations thereon, to the Economic and Social Council.*”

⁴⁸¹ Ressalta-se que o Estado brasileiro não foi objeto de nenhuma relatoria sob o ponto de vista geográfico, muito embora situações de violações de Direitos Humanos no Brasil tenham merecido atenção em outras relatorias temáticas.

⁴⁸² Cf. informação obtida no sítio do Conselho de Direitos Humanos, até 30 de agosto de 2016 contabilizava-se, entre as em curso e as findas, 43 relatorias temáticas e 14 relatorias referentes à situação específica de Estados-membros (Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcomepage.aspx>. Acesso em: 12 out. 2016).

ajuda de custo e têm seus direitos resguardados por imunidades e prerrogativas institucionais⁴⁸³.

Aliás, diga-se de passagem, tais imunidades e prerrogativas mostram-se necessárias e justificáveis, tendo em vista o interesse da função desempenhada por esses relatores e a necessidade de não impedimento das atividades oficiais que serão desenvolvidas⁴⁸⁴, sobretudo tendo em vista eventual resistência dos Estados em receber os expertos da Organização para averiguação de situações relativas à preservação e à violação de direitos humanos em seus territórios⁴⁸⁵.

2.3.1.2 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Por recomendação do Conselho Econômico e Social da ONU (Resolução 1.020 [XXXVII] de 1964), a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução de nº 2029/1965, criando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴⁸⁶.

O referido programa foi criado, dentre vários motivos, com o intuito de fortalecer os meios institucionais de ação das Nações Unidas e de atender às crescentes solicitações de auxílio material e técnico, formuladas por países em desenvolvimento. O projeto oferece, assim, uma “perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e

⁴⁸³ Cite-se, v. g., art. 22, *caput*, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, de 1946 (promulgada pelo Decreto Federal nº 27.784/1950): “Os peritos se não se tratar dos funcionários especificados no artigo V, quando em missão da Organização das Nações Unidas, gozarão, durante o período da sua missão, inclusive o tempo de viagem, dos privilégios e imunidades necessários ao livre exercício de suas funções. [...]”

⁴⁸⁴ Neste ponto, Vera Lúcia Viegas Liquidato destaca que o atual fundamento jurídico para a “teoria do interesse da função”, apontada como fundamento para a concessão da imunidade aos agente diplomáticos, é a Convenção de Havana sobre funcionários diplomáticos, de 1928 (Decreto Federal nº 19.956/1929), que destaca em seu preâmbulo que os funcionários diplomáticos têm, no interesse de sua função, direito às imunidades constantes na referida convenção. Em que pese, como suprarreferido, não serem os relatores especiais funcionários da organização, tal proteção se aplica, conforme art. 22, *caput* e incisos, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946 (Promulgada Pelo Decreto Federal nº: 27.784/1950) e, *mutatis mutandis*, é possível afirmar que essa proteção conferida por essa Convenção de 1946 decorre do interesse do bom desempenho de suas funções (LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas. **Direito diplomático: a prática das imunidades dos agentes diplomáticos**. São Paulo: Edifio, 2014, pp. 71-72).

⁴⁸⁵ André de Carvalho Ramos ressalta, ainda, que o Brasil é um dos poucos membros da Organização das Nações Unidas que já informou ao Conselho de Direitos Humanos que não se opõe à visita de Relatores e Grupos de Trabalho a seu território, prescindindo, esse pessoal, de autorização para tanto (RAMOS, André de Carvalho. Op. cit., 2014, p. 286).

⁴⁸⁶ Em inglês: *United Nations Development programme* (UNDP).

resilientes”⁴⁸⁷, visto que é construído com elementos colhidos tanto no âmbito estatal quanto na sociedade civil, donde se infere a sua abrangência e penetração.

Em ação desde 1965 e presente em mais de 170 países, segundo dados da própria organização⁴⁸⁸, o PNUD tem desempenhado papel relevante dentro dos objetivos da organização, sobretudo no que tange à cooperação para o desenvolvimento econômico e social, a par do que dispõe o Capítulo IX da Carta de 1945.

Através do oferecimento de auxílio técnico, humano e material, o PNUD tem sido o principal eixo de atuação da organização no que tange ao combate à pobreza e à melhora dos indicadores dos países em desenvolvimento. Para o desempenho do seu trabalho, o programa dispõe de mecanismos de abordagem próprios e que se tornaram referência mundial, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado pelo programa e bem recepcionado na aferição de dados oficiais de desenvolvimento em diversos países⁴⁸⁹.

Com o intuito de aprofundar seus objetivos, no ano de 2000, a 55ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas resolveu adotar a resolução de nº A/RES/55/2 com a “Declaração do Milênio”, que contém uma reafirmação dos propósitos da Organização e de sua carta constitutiva no que cabe à obtenção de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo, pautados em valores que reflitam a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito ao meio ambiente e que estabeleça a responsabilidade dos países com vistas ao desenvolvimento.

Trata-se, pois, de um documento de exortação no qual os países, cientes de sua pertença a uma comunidade internacional heterogênea, posicionaram-se no sentido de reafirmar os próprios objetivos da Organização das Nações Unidas, conforme se depreende do item VIII.29 da declaração⁴⁹⁰.

A par, também, dos encaminhamentos propostos no item III.19-20 da Declaração e também como forma de reafirmação de compromissos estabelecidos, extraem-se alguns objetivos de desenvolvimento⁴⁹¹:

⁴⁸⁷ Da apresentação institucional constante da página oficial do programa. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>. Acesso em: 25 out. 2016.

⁴⁸⁸ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>. Acesso em: 25 out. 2016.

⁴⁸⁹ RAMOS, André de Carvalho. Op. cit., 2014, p. 416.

⁴⁹⁰ “Não pouparemos esforços para fazer das Nações Unidas um instrumento mais eficaz na prossecução de todas estas prioridades: luta pelo desenvolvimento de todos os povos do mundo; luta contra a pobreza, a ignorância e a doença; luta contra a injustiça; luta contra a violência, o terror e o crime; luta contra a degradação e destruição do nosso planeta.”

⁴⁹¹ “19. Decidimos ainda:

Desses encaminhamentos tirados da Declaração do Milênio, a “Cúpula do Milênio” – nome pelo qual ficou conhecido o foro em que foi discutido o conteúdo da declaração – formulou, como estratégia de divulgação, os chamados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, que contêm oito proposições de ações afirmativas, por parte dos países e da comunidade internacional, que convergem para a implementação dos objetivos constantes da Declaração de 2000.

Dentre os ditos “Objetivos do Milênio”, encontram-se a necessidade de, inicialmente até 2010 e com o prazo dilatado até 2015: (1) acabar com a fome e a miséria; (2) oferecer educação básica de qualidade para todos; (3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a saúde das gestantes; (6) combater a Aids, a malária e outras doenças; (7) garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, e (8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Esses objetivos devem ser alcançados, em conjunto, pela Comunidade Internacional, por meio de cooperação jurídica, sendo que o principal eixo de concretização dos objetivos corresponde às ações em países em desenvolvimento, com maior probabilidade de se encontrarem em situações de severas dificuldades e que necessitam de auxílio do PNUD para viabilizar seu progresso. Por sua vez, o controle do progresso alcançado é aferido pelos relatórios formulados pelos países que se comprometeram com a Declaração do Milênio e o próprio PNUD realiza relatórios anuais

-
- Reduzir para a metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a de pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso à água potável ou carecem de meios para a obter.
 - Garantir que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e que as crianças de ambos os sexos tenham igual acesso a todos os níveis de ensino.
 - Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de cinco anos em dois terços, em relação às taxas atuais.
 - Deter e começar a inverter, até então, a tendência atual de propagação do VIH/SIDA, do flagelo da malária e de outras doenças graves que afligem a Humanidade.
 - Prestar assistência especial às crianças órfãs devido ao VIH/SIDA.
 - Até ao ano 2020, melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes das zonas degradadas, como foi proposto na iniciativa “Cidades sem bairros degradados”.

20. Decidimos também:

- Promover a igualdade de gênero e a autonomia da mulher como meios eficazes para combater a pobreza, a fome e as doenças e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.
- Formular e aplicar estratégias que deem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo.
- Incentivar a indústria farmacêutica a aumentar a disponibilidade de medicamentos essenciais e a pô-los ao alcance de todas as pessoas dos países em desenvolvimento que deles necessitem.
- Estabelecer parcerias sólidas com o sector privado e com as organizações da sociedade civil, em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza.
- Garantir que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e da comunicação, em conformidade com as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Económico e Social de 2000.”

sobre a implementação dos objetivos de desenvolvimento, os quais podem ser encontrados no site do programa⁴⁹².

2.3.1.3 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Principal autoridade global em termos de meio ambiente, o PNUMA foi criado em 1972, no contexto dos trabalhos da Conferência de Estocolmo⁴⁹³ sobre o meio ambiente humano, e encontra-se sediado em Nairobi, no Quênia.

Tem como objetivos promover o monitoramento de questões ambientais em nível global, chamar a atenção da população mundial sobre problemas e ameaças ao meio ambiente, sugerir ações voltadas para a melhora na qualidade de vida da população, sem comprometimento dos recursos ambientais das gerações vindouras⁴⁹⁴.

Para o desempenho de suas funções, estabelece estratégias para serem executadas de acordo com um calendário pré-estabelecido. Para o período de 2014-2017, encontram-se nas estratégias do programa os debates das mudanças climáticas, a redução de desastres e conflitos oriundos de causas ambientais, a gestão de ecossistemas, a promoção da governança ambiental, enquanto paradigma a ser observado pelos Estados, a redução de impactos ambientais provenientes de substâncias perigosas, a produção de fontes de energia sustentáveis e a construção de canais e plataformas de diálogo permanente sobre o desenvolvimento sustentável⁴⁹⁵.

2.3.1.4 Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Criado em 1969, inicialmente com o nome “Fundo de Populações”, ligado ao PNUD, o atual Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), assim denominado desde 1987, encontra-se desde 1972 sob a responsabilidade da Assembleia Geral das

⁴⁹² Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/news.shtml>. Acesso em: 25 out. 2016.

⁴⁹³ *In casu*, como se sabe, várias foram as contribuições da Conferência de Estocolmo para a formulação dos primeiros contornos do que veio a ser chamado de Direito Internacional do Meio Ambiente. Nesse sentido, destacam-se, como resultados do encontro de 1972, a declaração final da conferência, a instituição de plano de ação a ser observado pelos Estados-membros e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). (Cf. REI, Fernando Cardozo Fernandes; CUNHA, Kamyla. Mudanças climáticas globais: desafio a uma nova relação entre o Direito Internacional do Meio Ambiente e as Relações Internacionais. In: CASELLA, Paulo Borba; CELLI JÚNIOR, Umberto; MEIRELLES, Elizabeth de Almeida; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot (Orgs.). **Direito Internacional, humanismo e globalidade**: Guido Fernando Silva Soares *amicorum disciolorum liber*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 489).

⁴⁹⁴ Da apresentação institucional do programa. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>. Acesso em: 26 set. 2016.

⁴⁹⁵ Disponível em: <http://www.unep.org/about/Priorities/tabid/129622/Default.aspx>. Acesso em: 26 set. 2016.

Nações Unidas, com uma diretoria ligada ao Conselho Econômico e Social da Organização⁴⁹⁶. A sede do fundo fica na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

A atuação do fundo é pautada pelo plano de ação obtido a partir da Conferência de Cairo sobre Desenvolvimento⁴⁹⁷, de 1994. Dentre os objetivos desse plano de ação destacam-se questões relacionadas ao acesso à saúde, à concretização da educação primária universal, à redução da mortalidade materna e infantil, ao aumento da expectativa de vida, à redução da infecção por doenças como o HIV, etc.

Destaca-se, igualmente, a convergência entre vários desses objetivos do Fundo e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's), sobretudo no que se refere ao progresso com direitos sociais como a saúde, a educação, a proteção da maternidade e da infância, etc.

2.3.1.5 Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)

Ao longo dos anos 70, esteve em alta, na agenda da Organização das Nações Unidas, as discussões a respeito do tratamento que os assentamentos humanos demandavam.

As discussões sobre o tema ganharam volume a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat-I), ocorrida em Vancouver, no Canadá, em 1976, na qual foi aprovada uma declaração contendo princípios relativos à matéria e um plano de ação, no qual se previa a criação da Comissão das Nações Unidas para assentamentos humanos, precursora do atual programa.

Após a Conferência de 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas buscou atuar na implementação do plano de ação de Vancouver⁴⁹⁸, renovando-se as intenções na Conferência Habitat-II, em Istambul⁴⁹⁹, sendo que em 2002, foi aprovada a Resolução nº

⁴⁹⁶ Da apresentação institucional do fundo. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/historico>. Acesso em: 26 set. 2016.

⁴⁹⁷ A respeito do plano de ações adotado pela conferência de Cairo sobre População e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

⁴⁹⁸ Cf., v. g., Resoluções da Assembleia Geral nº A/RES/32/173 (sobre recursos voluntários para o estabelecimento de um fundo das Nações Unidas para assentamentos humanos, de dezembro de 1977), nº A/RES/33/111 (sobre Cooperação Internacional em matéria de assentamentos humanos, de dezembro de 1978) e nº A/RES/34/229 (sobre recursos para a implementação do Centro das Nações Unidas para assentamentos humanos, de dezembro de 1979).

⁴⁹⁹ ALVES, José Augusto Lindgren. Op. cit., 2001, p. 248 e ss., v. g.: “As decisões então acordadas para alcançar o objetivo principal – a melhoria da qualidade de vida nas cidades, envolvendo a participação dos habitantes no planejamento, construção e gestão de assentamentos, assim como a consecução do pleno emprego –, aparentemente não levaram em consideração a crise do petróleo, iniciada dois anos antes, e os consequentes aumentos de preços em cascata a partir das fontes de energia, o declínio na renda dos

A/RES/56/206⁵⁰⁰, na qual havia previsão de que a Comissão das Nações Unidas para assentamentos humanos e o Centro das Nações Unidas para assentamentos humanos passariam a integrar um novo programa batizado de Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT).

Sediado em Nairobi, no Quênia, o Programa tem por principais objetivos conduzir as atividades das Nações Unidas em assentamentos humanos, viabilizando a troca de informações e desenvolvimento sustentável desses assentamentos⁵⁰¹.

2.3.1.6 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

Criado pela Assembleia Geral, em 1949, pela Resolução nº A/RES/319 (IV) A, e com estatuto aprovado em 1950, pela Resolução nº A/RES/428 (V), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem como objetivo proteger e assistir às vítimas de perseguição, da violência e da intolerância, na condição de refugiados^{502, 503}. Ao lado da Convenção relativa ao estatuto dos refugiados, de 1951, o Alto Comissariado, apesar de não ter sido a primeira organização voltada à proteção de refugiados, contribuiu significativamente para a formulação dos primeiros contornos do Direito Internacional dos refugiados e para a concepção dos Estados sobre a questão dos refugiados⁵⁰⁴.

O Alto Comissariado é sediado em Genebra, na Suíça, e atua na proteção de civis que gozam do *status* de refugiados e na busca por soluções que possam auxiliar no reestabelecimento digno dessas populações em locais adequados.

assalariados, o enxugamento das fontes de financiamento habitacional e tudo o mais que desde então veio à tona numa ‘crise’ interminável, muito mais estruturada do que se dizia na época.”

⁵⁰⁰ Resolução nº A/RES/56/206, Item I, da Assembleia Geral das Nações Unidas: “*Decides to transform the Commission on Human Settlements and its secretariat, the United Nations Centre for Human Settlements (Habitat), including the United Nations Habitat and Human Settlements Foundation, with effect from 1 January 2002, into the United Nations Human Settlements Programme, to be known as UN-Habitat, which will have the elements described below [...].*”

⁵⁰¹ Da apresentação institucional do programa. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onu-habitat/>. Acesso em: 30 set. 2016.

⁵⁰² Da apresentação institucional do programa. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>. Acesso em: 29 set. 2016.

⁵⁰³ Segundo o Item 6, do Capítulo II, do Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, de 1950, entende-se por refugiado qualquer pessoa que tiver sido assim considerada segundo as Convenções relativas ao *status* internacional dos refugiados, de 1933 e de 1938, bem como segundo seu protocolo de 1939, segundo a então existente Organização Internacional para os refugiados (1946-1952) ou, então, qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo “por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política”. Destaca-se, também, no art. 1º, o conceito de refugiado trazido pela Convenção relativa ao estatuto dos refugiados, de 1951.

⁵⁰⁴ LEWIS, Corinne. **UNHCR and international refugee law: from treaties to innovation**. New York: Routledge, 2012, p. 163-164.

2.3.1.7 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Por recomendação do Conselho Econômico e Social, a Assembleia Geral aprovou a Resolução nº A/RES/57 (I), de 11 de dezembro de 1946, e criou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁵⁰⁵, formado a partir de contribuições voluntárias dos Estados-membros e de outras entidades interessadas. Quando de sua criação, o Fundo tinha o objetivo de auxiliar crianças e adolescentes em situação vulnerável e que se encontravam em países que foram vítimas da Segunda Guerra Mundial.

Muito embora o fundo inicialmente atuasse no auxílio de civis no contexto do pós-guerra, sua experiência bem sucedida demonstrou a necessidade de se manter um programa permanente e que fosse capaz de atender não apenas questões emergenciais⁵⁰⁶, mas também da proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade decorrente de questões étnicas ou raciais, de atos discriminatórios, de deficiência, de violência, de doenças epidêmicas, etc⁵⁰⁷.

Tanto é assim, que a UNICEF tem desenvolvido um papel fundamental na implementação das disposições constantes da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, tendo assumido, ainda que de maneira não oficial, papéis no monitoramento e na coordenação das previsões da convenção⁵⁰⁸.

Na atuação da UNICEF, merece destaque a cooperação tanto entre o Fundo e os países que receberão seu apoio, uma vez que as ações da UNICEF são realizadas sempre em parceria com o Estado beneficiário, quanto entre o Fundo e as demais organizações, os demais programas e os demais órgãos da ONU, seja por meio do auxílio técnico, seja por meio de recursos humanos.

⁵⁰⁵ Cf. Resolução da Assembleia Geral nº A/RES/57(I), Item 4.

⁵⁰⁶ De se notar que nome original do fundo é “*United Nation International Children’s Emergency Fund*”.

⁵⁰⁷ Da apresentação institucional da entidade. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

⁵⁰⁸ Cf. Joel E. Oestreich, “*Although the CRC itself contains no novel mechanisms for enforcement or implementation, UNICEF has adopted the document as a semioficial statement of principles and has moved to set itself up as a monitoring and coordinating body. [...]*” (OESTREICH, Joel E. UNICEF and implementation of the Convention on the Rights of the Child. **Global Governance**. Apr./June 1998, v. 4, n. 2. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998, p. 184. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27800193>. Acesso em: 30 set. 2016).

2.3.1.8 ONU Mulheres

Criado em 2010 pela Assembleia Geral – Resolução A/RES/64/289⁵⁰⁹, o programa ONU Mulheres é uma entidade das Nações Unidas voltadas para as discussões de gênero e para o empoderamento das mulheres⁵¹⁰.

Trata-se de um avanço muito significativo na proteção dos direitos das mulheres, pois representa um avanço a partir da institucionalização de um programa estruturado, com meios para atuar sistematicamente na pauta da proteção dos direitos das mulheres e dos direitos deles decorrentes.

Dentre os seus objetivos⁵¹¹, encontram-se o apoio do programa a organismos internacionais, aos Estados-membros e aos demais órgãos e programas da Organização, dentre eles a Comissão de *status* da mulher, do Conselho Econômico e Social, na formulação de políticas e na standardização de normas. Além disso, auxilia na relação com a sociedade civil na formulação de parcerias voltadas à implementação dos objetivos do programa.

Por fim, registre-se a importância do Programa na implementação de ações aprovadas na Conferência de Beijing, de 1995, suprarreferido, e também na implementação do terceiro objetivo de desenvolvimento do milênio, qual seja, a promoção da “igualdade entre os sexos e a valorização da mulher.”

2.3.1.9 Programa Mundial de Alimentos (PMA)

A partir das considerações formuladas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no relatório *Development through Food – A strategy for Surplus Utilization*, a Assembleia Geral, em sua Resolução nº A/RES/1714 (XVI), de 1961, criou o Programa Mundial de Alimentos.

⁵⁰⁹ “The General Assembly, [...] 49. Decides to establish, by the present resolution, as a composite entity, to be operational by 1 January 2011, the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, to be known as UN-Women, by consolidating and transferring to the Entity the existing mandates and functions of the Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women and the Division for the Advancement of Women of the Secretariat, as well as those of the United Nations Development Fund for Women and the International Research and Training Institute for the Advancement of Women, to function as a secretariat and also to carry out operational activities at the country level [...].”

⁵¹⁰ CARDIA, Ana Cláudia Ruy. **Empresas, direitos humanos e gênero: desafios e perspectivas na proteção e no empoderamento da mulher pelas empresas transnacionais**. São Paulo: Editora Buqui, 2016, p. 195.

⁵¹¹ Cf. apresentação institucional do programa. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 29 set. 2016.

Atualmente sediado em Roma, na Itália, e inicialmente estabelecido em caráter experimental, o Programa foi estabelecido sob o prisma de sua cooperação com os demais órgãos e organizações especializadas da ONU, com destaque para o apoio técnico e operacional a ser prestado pela FAO⁵¹².

O programa, que fornece assistência no salvamento de vítimas de guerras, conflitos civis e desastres naturais, tem por objetivo principal o combate à fome mundial, que atinge uma a cada sete pessoas no planeta⁵¹³.

⁵¹² Cf. A/RES/1714 (XVI), Item I.1.

⁵¹³ Percebe-se a convergência entre os objetivos do Programa Mundial de Alimentos e os desideratos da Organização Mundial para a Agricultura (FAO), dentre eles a erradicação da fome e da desnutrição, a eliminação da pobreza, o manuseio sustentável de recursos naturais, incluindo a terra, a água, o ar, o clima e os recursos genéticos utilizados em prol das presentes e futuras gerações, com vistas a levar o progresso econômico e social para todos. (Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 01 out. 2016).